



Mulher Activa, Paz Efectiva!



Documentação de Conhecimento sobre Diálogo, Resolução de Conflitos, Construção de Paz e Reconciliação



Equipe de Trabalho:

Algy A. Amad – Chefe de equipa
Estêvão G. Banze
Adélia da Nicha

Coordenação:
Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade – FDC
Joaquim Oliveira
Gina Siteo
Marta Uetela
Nascimento Nhantumbo

Outubro a Dezembro de 2022



*A Mulher é um elemento transformador da sociedade
(Samora Moisés Machel)*

ÍNDICE

ABREVIATURAS-----	5
SUMÁRIO EXECUTIVO -----	7
CAPÍTULO I – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS -----	8
1.1. Introdução-----	8
1.2. Objectivos -----	8
1.3. Âmbito da Documentação -----	9
1.5 Metodologia Usada-----	11
CAPÍTULO II – O PROGRAMA -----	14
2.1. A Génese do Programa de Fortalecimento da Influência das Mulheres -----	14
2.2. O Movimento Mulher e Paz-----	18
CAPÍTULO III – O CONHECIMENTO DOCUMENTADO-----	23
3.1. O Contexto Sócio-político Institucional da Execução do Programa -----	23
3.2.A Mulher na Zona Centro e Norte: <i>Seu Lugar e Papel na Sociedade</i> -----	31
3.3.Percepções e Práticas Tradicionais sobre o Diálogo, Resolução de Conflitos, Pacificação e Coesão Social - O Conhecimento Tácito-----	36
3.4. A Influência do “Movimento Mulher e Paz” na Prática Sobre o Diálogo, Resolução de Conflitos, Pacificação e Reconciliação - <i>O Conhecimento Adquirido</i> -----	40
3.5. Os Desafios e Barreiras da Participação da Mulher em Processos de Paz e Coesão Social -----	43
3.6. As Boas Práticas/Lições Aprendidas da Primeira Fase do Programa-----	43
3.7. Relação dos Problemas, Causas e Consequências sobre a Participação da Mulher no Diálogo, Resolução de Conflitos, Pacificação e Reconciliação-----	44
3.8. Análise SWOT do MMP-----	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	53
BIBLIOGRAFIA-----	54

ANEXOS

Conteúdo Áudio-Visual para a Difusão de Conhecimento

ABREVIATURAS

- ACCORD** – Centro Africano para a Resolução Construtiva de Disputas
- AMME** – Associação Moçambicana Mulher e Educação
- ASDI** – Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional
- CEDAW** - Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres
- CSNU** – Conselho de Segurança das Nações Unidas
- DDR** – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração
- EGC** – Estratégia de de Gestão de Conhecimento
- FDC**–Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade
- IMD** - Instituto para Democracia Multipartidária
- INAS** – Instituto Nacional para Acção Social
- FM** – Fórum Mulher
- FOFA** - Forças Oportunidades Fraquezas e Oportunidades
- FOMMUR** - Fórum das Mulheres Rurais
- FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique
- GAMC** – Gabinete de Atendimento a Mulher e Criança
- LEMUSICA** - Liga Feminista Levante-se Mulher e Siga seu Caminho
- LFPP** – Ligas Femininas de Partidos Políticos
- MMM** - Marcha Mundial das Mulheres
- MMP** – Movimento Mulheres P Paz
- OMM** –Organização da Mulher Moçambicana
- OCB** – Organização de Base Comunitária
- PCR** - Poupança e Crédito Rotativo
- PFG** - Pontos Focais do Género
- PGEI** - Política de Género e Estratégia de Implementação
- PNAMPS** – Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança
- RENAMO** – Resistência Nacional Moçambicana
- TdM** – Teoria de Mudança
- VBG** -Violência Baseada no Género

SUMÁRIO EXECUTIVO

A Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) em parceria com o Instituto Multipartidário para a Democracia (IMD) e o Centro Africano para a Resolução Constructiva de Disputas (ACCORD), implementam, desde 2017, acções com vista ao fortalecimento da influência das mulheres na construção da paz e reconciliação nacional para a coesão social.

A implantação desta actividade resultou no estabelecimento do Movimento Mulher e Paz, envolvendo mulheres de todas as esferas sociais a nível nacional que congrega cerca de 163,000 mulheres activistas sociais e mais de vinte (20) organizações baseadas na comunidade, na sua diversidade unidas pela religião, cultura, cores políticas, academia, comércio, agricultura, dentre outras

O Movimento Mulher e Paz liderado pela FDC tem o apoio do Governo Sueco e inicia a sua segunda fase que culminará com a operacionalização da agenda do Movimento Mulher e Paz, bem como do seu fortalecimento dos 28 Distritos da Zona Centro e Norte do País.

O presente relatório de documentação de conhecimento sobre diálogo, resolução de conflitos, construção de paz e reconciliação, enquadra-se no âmbito do "Movimento Mulher e Paz".

Da necessidade do Movimento Mulher e Paz de aumentar o espaço, as oportunidades e as capacidades das mulheres para se envolverem no diálogo, processos políticos, processos de consolidação da paz e reconciliação, conduzindo a coesão social em Moçambique, no quadro do início da segunda fase de implementação do programa, surgiu a necessidade de antes, documentar o conhecimento existente tanto o tácito (baseado nas experiências de convivência local ao longo de gerações), como o adquirido (baseado nas lições buscadas tanto da primeira fase do programa, como dos ensinamentos de outros projectos), as percepções e práticas locais, o que as mulheres entendem e não entendem sobre diálogo, resolução de conflitos, construção de paz e reconciliação nacional e como este conhecimento pode ser usado e difundido para fortalecer a sua influência, à todos os níveis, em Moçambique.

O trabalho teve como enfoque a recolha e análise de toda informação relevante em função das acções, práticas e percepções conducentes ao incremento do nível de participação da mulher e sua influência nos círculos de tomada de decisão. Para uma radiografia assertiva foi necessária a análise da contribuição da mulher no incremento da sua capacidade de influência nos círculos mais fechados de tomada de decisões *versus* as mais variadas nuances que motivam a imposição das barreiras e/ou entraves em torno da necessidade de maior participação em processos de busca de paz e reconciliação.

Dentre os vários aspectos que perfazem o presente documento, pode-se encontrar nele: A análise do contexto sócio-político e institucional da execução do programa; a leitura sobre a mulher na zona centro e norte do País - *seu lugar e papel na sociedade*; as percepções e práticas tradicionais sobre o diálogo, resolução de conflitos, pacificação e reconciliação - *o conhecimento tácito*; a influência do "Movimento Mulher e Paz" na prática sobre o diálogo, resolução de conflitos, pacificação e reconciliação - *o conhecimento adquirido*; os

desafios e barreiras da participação da mulher em processos de paz e coesão social; as boas práticas/lições aprendidas da primeira fase do programa; a relação dos problemas, causas e consequências; a análise SWOT; bem como o quadro indicativo da estratégia de gestão de conhecimento.

Num movimento dialético contínuo a metodologia usada no presente estudo integrou uma abordagem de leitura documental de dados secundários, análise de evidências e auscultação aos intervenientes directos. A escolha da metodologia foi baseada nos critérios pré-existentes no país e sugeridos pela literatura internacional com um direccionamento específico para as ferramentas usadas na análise de práticas de conhecimento difundido e alinhada a vertente de conhecimento endógeno de mudanças influenciadas nos níveis comunitário, local e nacional.

Deste modo, foram utilizados vários métodos de recolha, tratamento e análise de dados qualitativos e em duas fases seguidas, sendo que a primeira foi o estudo de gabinete (desk research) através da revisão de todos os documentos produzidos e disponíveis, relativos a primeira fase do programa incluindo estudos e pesquisas similares produzidos por academias. Após o trabalho de gabinete, seguiu-se a segunda fase que compreendeu o estudo de campo onde as entrevistas semi-estruturadas e grupos de foco foram o método chave de recolha de dados, tendo sido visitados as províncias de Sofala, Nampula e Cabo Delgado.

O recurso à entrevistas semi-estruturadas, enquadra-se numa técnica de recolha de dados que combina perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer do tema proposto como forma de aferir outros elementos importantes para o propósito do estudo. Esta técnica foi seleccionada pela equipe de consultores pelas seguintes razões: (i) permitiu maior abrangência do grupo alvo; (ii) possibilitou a correcção atempada de falhas dos informantes, que não seria possível de corrigí-los em caso de uso de questionários escritos; (iii) permitiu maior elasticidade quanto à duração, trazendo uma cobertura mais profunda sobre os assuntos abordados, uma vez que o tempo dado para o estudo era relativamente curto.

Principais Resultados Do Estudo:

1. Do Conhecimento Adquirido

- O estudo compreendeu que o Movimento Mulher e Paz no seu espaço de actuação paulatinamente a criou condições para o despertar da consciência das mulheres para se envolverem no diálogo, resolução de conflitos, consolidação da paz e reconciliação, bem como a sua influência nos processos de tomada de decisão conduzindo a coesão social. Evidências mostram um processo organizacional das mulheres em núcleos das igrejas, mesquitas, associações de base local, grupos de dança que periodicamente abordam questões sobre paz e reconciliação. Há igualmente evidências de envolvimento activo da mulher no processo eleitoral autárquico em 2018, quer no processo de observação, quer na dinâmica interna dentro dos partidos políticos através do papel das ligas femininas. Os ambientes políticos têm vindo a ser reformados e as mulheres têm ganho força na tomada de algumas decisões políticas, que aliado as acções de formação, advocacia e

sensibilização do programa, foi permitindo uma melhor e maior abertura na participação da mulher a todos os níveis. O Movimento Mulher e Paz veio fechar uma grande lacuna institucional existente e funcionou como um “interruptor social” que despertou a consciência da mulher para um movimento organizacional e uma participação crescente nos processos visando a resolução de conflitos, consolidação da paz e reconciliação.

- O Movimento Mulheres pela Paz, lançado em 2018 à luz do programa em alusão, funcionou como uma luz que aos poucos foi iluminando e preenchendo a lacuna institucional que as mulheres sentiam que existia e que estava impedindo a participação das mulheres na construção da paz e reconciliação.
- O estudo aferiu que em curto espaço de tempo de sua existência, o movimento de mulheres conseguiu estabelecer links e redes com outros movimentos interessados dentro e fora do país. O movimento permitiu a institucionalização de espaços de diálogo, formação de mulheres activistas para a construção da paz e reconciliação nacional, bem como o lançamento de iniciativas de empoderamento económico e social das mulheres, acções que tem estado a influenciar significativamente para a mudança de comportamento, práticas, atitudes inclusive no seio dos partidos políticos ao proporcionar uma nova dinâmica, uma nova forma de ser e de estar onde as mulheres se tornam cada vez mais interventivas e com espaço para fazer valer a sua voz e como tal influenciar nas decisões a todos os níveis.

2. Do Conhecimento Tácito

- O estudo conseguiu aferir que existe nas comunidades e no seio das mulheres e raparigas um conhecimento tradicional, percepções e práticas indigénas (endogénas) e de base local difundido ao longo das gerações sobre a construção da paz, reconciliação e coesão social: *“...a mulher é a geradora do homem e por isso a guardiã da família!...a paz começa em casa, no quarto, depois na família, na comunidade e depois para todos lá fora!...se a mulher não está em paz na família, ninguém está em paz na sociedade!...quem nasceu o mundo é a mulher e por isso a paz no mundo depende da mulher!...se a paz está com um homem, está com um indivíduo, mas se a paz está com uma mulher está com o mundo!”*. Este conhecimento se apresenta mormente sob o domínio das anciãs, matronas, conselheiras, chefes tradicionais, curandeiras e mulheres influentes no seio das comunidades e é transmitido em forma de contos, provérbios, danças culturais, cerimónias e casamentos tradicionais, reuniões familiares, conversas na machamba, na cozinha, no rio ou nas fontes de cartar água, formas de ser e estar da mulher que largamente influenciam nos processos de pacificação e coesão social no seio das comunidades.
- Existem igualmente formas de organização social tradicionais e práticas indigénas (endogénas) e de base local, que aproveitadas, podem ser aplicadas na construção de modelos com vista a garantir a influência das mulheres na construção da paz e reconciliação nacional para a coesão social: *“fórum das matronas dos ritos de iniciação...presença de mulheres/anciãs nos tribunais comunitários...presença de mulheres/anciãs nas cortes de liderança comunitária chefiado pelo Régulo...os*

fóruns das mulheres curandeiras...grupos de dança feminina, dentre outras". Foi documentada ainda a existência de mulheres juízas comunitárias, mulheres régulos, mulheres membros e chefes de tribunais comunitários para resolução de conflitos, mulheres pastoras/líderes religiosas, mulheres conselheiras, dentre outras. Estas formas de organização social representam um momento de transformação e transição no que concerne ao que podemos chamar de "ideologia familiar", sobre as relações de poder que são constitutivas das hierarquias na família e sociedades tradicionais e que expressavam-se quer através das modalidades de acesso aos recursos, quer através do acesso aos círculos locais/comunitários de tomada de decisões, e que hoje verifica-se a tendência de ruptura com os velhos paradigmas e como tal, o surgimento de um novo ímpeto *vis-a-vis* a elevação do papel da mulher e sua influência nos processos de pacificação e coesão social no seio das comunidades.

3. Dos Desafios e Barreiras da Participação da Mulher

- Os mais incisivos desafios e barreiras da participação da mulher em processos de pacificação, reconciliação e coesão social, podem ser descritos a vários níveis: i) As desigualdades de género; ii) A violência baseada no género; iii) O legado ambíguo para as mulheres que exacerbou a sujeição e a rejeição das mulheres como resultado do aumento dos níveis de violência psicológica, física, sexual e outras formas de violência, aliado a queda dos padrões de educação e saúde nas comunidades; iv) As normas e práticas da linhagem patrilinear no seio das famílias da região centro e norte, bem como os estereótipos socioculturais e religiosos que perpetuam a exclusão das mulheres dos processos de tomada de decisão ao nível local e nacional; v) Um quadro geral no qual predominam ainda limitações críticas e fraca capacidade de avaliação do nível de asserção do conhecimento das mulheres membros dos partidos políticos e das organizações de base comunitária sobre seus direitos, cidadania e participação política, elemento importante para o fortalecimento da influência das mulheres na construção da paz, reconciliação e coesão social; vi) A desestruturação dos movimentos feministas de base comunitária como resultado dos conflitos militares e políticos na região centro e o advento do terrorismo no norte, particularmente em Cabo Delgado; vii) Limitações críticas no que tange ao sistema de monitoria e avaliação das acções do programa e/ou a fraca capacidade ou estrutura de seguimento das acções do "Movimento Mulher Pela Paz" no pós advocacia e sensibilização sobre o cumprimento da agenda do movimento; viii) Fraca capacidade de monitoria do cumprimento da directiva sobre a "Agenda da Mulher" que pressupõe a obrigatoriedade de inclusão da mulher em sistema de paridade nos órgãos de partidos políticos e sua inclusão nos processos de tomada de decisões à todos os níveis; ix) A fraca capacidade técnica e de instrução das observadoras/activistas que integram o "Movimento Mulher e Paz" aliado ao fraco nível de alcance das formações, demonstra algumas limitações no domínio de conteúdos/conceitos relativos aos direitos humanos das mulheres, cidadania, governação política, factor que pode constituir uma barreira ao nível das comunidades recônditas para o alcance dos objectivos do movimento.



CAPÍTULO I – ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

I. Introdução

A promoção do diálogo para a paz e desenvolvimento em Moçambique faz parte do objectivo mais amplo da melhoria das condições de vida e do bem-estar dos cidadãos e sobretudo dos grupos mais desfavorecidos e vulneráveis cuja acção do governo tem o seu enfoque nas zonas rurais. Este objectivo é alcançável através de uma progressão gradual com metas de curto e médio prazo, num esforço conjunto entre instituições do Governo, ONG's e Organizações da Sociedade Civil congregados em associações.

É no quadro deste esforço colectivo, que a FDC, uma organização privada sem fins lucrativos, fortalece as capacidades das comunidades desfavorecidas com o propósito de promover o desenvolvimento, democracia e justiça social. A FDC assenta a sua visão na justiça social e na igualdade de Género, consagradas na Constituição e na Carta das Nações Unidas, por isso trabalha pela não discriminação contra mulheres e raparigas, o empoderamento das mulheres, e a conquista da igualdade entre mulheres e homens como parceiros e beneficiários do desenvolvimento, direitos humanos, acção humanitária e paz e segurança

À luz da Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1325 sobre Mulher, Paz e Segurança, em alinhamento ao Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança 2018-2022, a agenda Africana 2063 e a Agenda Global 2030, concretamente o objectivo

de desenvolvimento sustentável “16” sobre Paz, Justiça e Instituições Eficazes, o Consórcio FDC, IMD e ACCORD, está a implementar de 2022 a 2024 acções com vista o Fortalecimento da Influência das Mulheres na Construção da Paz e Reconciliação Nacional para a Coesão Social, tendo como base o Movimento Mulher e Paz

O Movimento Mulher e Paz é uma iniciativa baseada na comunidade e liderada pelas mulheres, que visa:

- Activar o poder de influência e liderança das mulheres nos diálogos, mediação e resolução de conflitos, visando a construção da Paz e Coesão Social.
- Acções para fazer face aos constrangimentos relativos ao género tais como: i) o baixo nível de escolaridade, ii) violência baseada no género, iii) barreiras socio-culturais, iv) dependência económica, v) fraco engajamento das mulheres em iniciativas de diálogo e construção da paz em Moçambique.
- Buscar oportunidades não exploradas e experiências locais que podem ser capitalizadas para a promoção e fortalecimento das mulheres e sua influência nos processos de paz e reconciliação nacional.
- Aumentar o auto-sustento das mulheres através de grupos de ASCAS, geração de rendimentos e sinergias com outros programas dentro e fora da FDC.

Por esta razão, surge a presente trabalho, em resposta aos TDRs publicados sob os auspícios da organização, com vista a documentação de conhecimento tácito indigénio sobre Diálogo, Resolução de Conflitos, Construção de Paz e Reconciliação.

II. Objectivos do Estudo

2.1. Geral

Documentar o conhecimento (tácito e adquirido) sobre diálogo, resolução de conflitos, construção de paz e reconciliação no país.

2.2. Específicos

- ☞ Descrever o conhecimento tácito (percepções e práticas indígenas) sobre o Diálogo, Resolução de Conflitos, Construção de Paz e Reconciliação, nas Zonas Centro e Norte do País;
- ☞ Descrever conhecimento adquirido (percepções e práticas exógenas), sobre Diálogo, Resolução de Conflitos, Construção de Paz e Reconciliação, nas Zonas Centro e Norte do País;
- ☞ Aprofundar os desafios e barreiras que impedem a participação da mulher em processos de paz e coesão social;
- ☞ Explorar factores/boas práticas que contribuem para a adesão da mulher ao Diálogo, Resolução de Conflitos, Construção de Paz e Reconciliação, nas Zonas Centro e Norte do País; e
- ☞ Apresentar a Estratégia de Gestão de Conhecimento para a segunda fase do programa.

2.3. Âmbito do Estudo

Pesquisas outrora realizadas revelam que a limitada participação das mulheres em processos de diálogo, resolução de conflitos, pacificação e reconciliação apontando sempre como causas os factores históricos: a tradição consuetudinária e os parâmetros legais que juntos maioritariamente determinam os limites dos direitos, obrigações e liberdades das mulheres. O patriarcado que tem colocado obstáculos para a participação política e o exercício pleno da cidadania das mulheres, impedindo que elas possam ter as mesmas oportunidades como os homens nas esferas económica, política e social.

Para o presente estudo o enfoque foi a recolha e análise de informação relevante em função das acções conducentes ao incremento do nível de participação política da mulher e sua influência em processos de diálogo, resolução de conflitos, pacificação e reconciliação.

Nestes termos, foi importante analisar a contribuição das acções do *Programa de Fortalecimento da Influência das Mulheres na Construção da Paz e Reconciliação Nacional para a Coesão Social* no incremento da sua capacidade interventiva de prover este conhecimento *versus* as mais variadas nuances que motivam a imposição das barreiras em torno da necessidade de maior participação política do cidadão e sobretudo a influência da mulher neste processo.

Atenção particular foi dada a leitura dos mais variados factores que genuinamente enraizados nas comunidades (endógenos) e associados aos elementos externos trazidos por este e outros programas similares (exógenos) determinam e/ou geram o conhecimento para a capacidade da mulher influenciar nos processos de pacificação, reconciliação e coesão social. Associado à este âmbito, foram captadas as necessidades e expectativas das mulheres na comunidade e/ou das activistas do Movimento Mulher e Paz a todos os níveis.

III. Metodologia Usada

A metodologia a ser usada no presente estudo integrou uma abordagem de leitura documental de dados secundários, análise de evidências e auscultação aos intervenientes directos. A escolha da metodologia foi baseada nos critérios pré-existentes no país e sugeridos pela literatura internacional com um direccionamento específico para as ferramentas usadas na análise de práticas de conhecimento difundido e alinhada a vertente de conhecimento endógeno de mudanças influenciadas nos níveis comunitário, local e nacional.

O trabalho foi estruturado em três fases ou ciclos de actividades, designadamente: **Análise de dados secundários–leitura de relatórios/informação produzida, colheita de evidências, sistematização de informação e produção do relatório.** Cada uma destas etapas coincidiu com acções específicas e devidamente estabelecidas para que fossem cumpridos os prazos estabelecidos pela FDC. Deste modo, foram utilizados os seguintes métodos:

1. Estudo de Gabinete (desk research) através da revisão de toda a literatura e/ou documentos de implementação da primeira fase do programa, incluindo estudos e pesquisas similares produzidos por academias e disponíveis relativos a participação política da mulher em Moçambique, bem como estudos feitos à luz da Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1325 sobre Mulher, Paz e Segurança e as linhas estratégicas do Consórcio FDC, IMD e ACCORD. Esta análise minuciosa foi basicamente orientada pelos seguintes documentos de base:

- Nota Conceptual Programa de Fortalecimento da Influência das Mulheres na Construção da Paz e Reconciliação Nacional para a Coesão Social (SIDA FDC 2022 2025
- Folheto Resumo da Iniciativa do Movimento Mulheres e Paz;
- Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança 2018-2022;
- Relatório de Pesquisa sobre as Barreiras da Participação das Mulheres em Processos de Paz;
- Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1325 sobre Mulher, Paz e Segurança;
- Agenda Africana 2063;
- Agenda Global 2030;
- Acordo de Paz de 5 de Setembro de 2014 Maputo;
- Acordo Nacional 'definitivo' para a Paz e Reconciliação de Agosto de 2019; e
- Estudos, avaliações e pesquisas relacionadas.

Esta fase de estudo documental forneceu, dentre vários, a informação de base para o estabelecimento do historial, do contexto antes do início da implementação do Movimento e um breve olhar sobre a tangibilidade dos objectivos do Consórcio FDC, IMD e ACCORD, bem como a leitura e um breve olhar sobre o contexto e realidades dos distritos visados nas províncias do Centro e do Norte no que tange as mais variadas nuances que determinam e/ou influenciam a participação política da mulher, incluindo os antecedentes, factores endógenos e exógenos que constituem determinantes dos hábitos sócio-culturais nos distritos alvo do projecto. Foi com base nesta análise que foram seleccionadas as questões chave que constaram dos guiões das entrevistas administrados durante o trabalho de campo aos informantes chaves e grupos específicos, bem como para o desenho da amostra representativa sobre o grupo alvo.

Com vista a responder a nossa filosofia de trabalho que privilegia processos participativos que permitam o envolvimento dos proponentes para assegurar a apropriação e o processo de aprendizagem, esta fase serviu também para a revisão e ajustamento da proposta de metodologia juntamente com a equipa técnica e/ou o representante do consórcio - a FDC.

2. A segunda fase do estudo compreendeu o estudo de campo e/ou a colheita de evidências com os interlocutores válidos e teve duas etapas:

- a) A primeira etapa do estudo de campo compreendeu as entrevistas semi-estruturadas junto do representante do Consórcio, da Plataforma Nacional sobre o MMP, Pesquisadores e Figuras Relevantes que influenciam a participação política da mulher, centrando-se deste modo na busca de elementos e/ou visão geral das

componentes programáticas do programa, o conhecimento produzido e difundido bem como os desafios da fase de implementação.

O recurso a entrevistas semi-estruturadas, foi considerada para este trabalho pelas seguintes razões: (i) permitiu a produção de uma amostra maior da população seleccionada; (ii) possibilitou a correcção atempada de alguns erros dos informantes, que não seria possível de corrigí-los em caso de uso de questionários escritos; e (iii) permitiu maior elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre os assuntos abordados dado o tempo relativamente curto disponível para o trabalho.

- b) A segunda etapa do estudo de campo que compreendeu as entrevistas semi-estruturadas e grupos de foco nas províncias e distritos alvos, junto das Mulheres/Activistas Sociais do "Movimento Mulher e Paz, dos Governos Provinciais e Distritais, Instituições Participativas de Consulta Comunitária, Líderes comunitários, religiosos e tradicionais, camponesas e domésticas, agentes económicos, fazedores de política, professores, sociedade civil e Figuras influentes nas comunidades. Na realização do FGD (*Focal Group Discussion*) a discussão em (grupos mistos) foi a principal técnica de pesquisa qualitativa para a obtenção de informação. Estas foram conduzidas na base de um guião previamente definido que continha os tópicos básicos que interessavam a pesquisa. Ou seja, os grupos erma mistos e abrangidos por homens e mulheres/activistas do "Movimento Mulher e Paz, Instituições Participativas de Consulta Comunitária/Estruturas de Liderança Local e Figuras influentes nas comunidades.

Terminado o trabalho de campo, seguiu-se a compilação dos dados recolhidos em campo e seu cruzamento com os dados do estudo de gabinete. De forma imparcial, foi profundamente explorada toda a informação relevante captada pelas questões chave de modo a dar voz a todos os intervenientes neste estudo. Este exercício terminou com a elaboração da síntese do trabalho que após a sua sistematização resulta no presente Relatório *Draft*, o qual depois da sua aprovação pela FDC no presente relatório final de documentação do conhecimento tácito sobre diálogo, resolução de conflitos, construção de paz e reconciliação, conforme preconizam os TDRs. A seguir se apresenta o quadro amostral.

Tabela 1 – O Quadro Amostral

Províncias	Distritos	Nº de Participantes		Equipa de Pesquisa
		Mulheres	Homens	
Maputo	Maputo	7	5	Adélia da Nicha e Estêvão Banze
Beira	Gorongosa Cheringoma	95	15	Algy Amad e Estêvão Banze
Nampula	Nampula Angoche	90	12	Algy Amad e Estêvão Banze
Cabo-Delgado	Pemba	30 ¹	—	Jackson Somar e Joana Abudo
TOTAL		222	32	

¹De referir que em Pemba foram entrevistadas 30 Mulheres deslocadas vítimas do Terrorismo



CAPÍTULO II – O MOVIMENTO MULHER E PAZ

2.1. A Génese do Movimento Mulher e Paz

A Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade (FDC) em parceria com o Instituto Multipartidário para a Democracia (IMD) e o Centro Africano para a Resolução Constructiva de Disputas (ACCORD), implementam, desde 2017, acções com vista ao fortalecimento da influência das mulheres na construção da paz e reconciliação nacional para a coesão social.

A implantação desta actividade resultou no estabelecimento do Movimento Mulher e Paz, envolvendo mulheres de todas as esferas sociais a nível nacional que congrega cerca de 163,000 mulheres activistas sociais e mais de vinte (20) organizações baseadas na comunidade, na sua diversidade unidas pela religião, cultura, cores políticas, academia, comércio, agricultura, dentre outras.

O Movimento Mulher e Paz liderado pela FDC tem o apoio do Governo Sueco e inicia a sua segunda fase que culminará com a operacionalização da agenda do Movimento Mulher e Paz, bem como do seu fortalecimento nos 28 Distritos da Zona Centro e Norte do País.

O Movimento surge no âmbito da Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1325 sobre Mulher, Paz e Segurança, em alinhamento ao Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança 2018-2022, a agenda Africana 2063 e a Agenda Global 2030, concretamente o objectivo de desenvolvimento sustentável "16" sobre Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

☞ **Os Factores Impulsionadores para o Estabelecimento do Movimento Mulher e Paz**

- ✓ Resolução do Conselho de Segurança das NU 1325 sobre Mulher, Paz e Segurança
- ✓ Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança 2018-2022
- ✓ Terrorismo em Cabo Delgado
- ✓ Tensão Político e Militar na Zona Centro
- ✓ Diálogo Político em Moçambique
- ✓ Outras Experiências Inspiradoras
- ✓ Papel e participação da mulher nos processos da paz e reconciliação nacional
- ✓ Paz e reconciliação Política *versus* Paz Social e Reconciliação Nacional

Com o apoio do Governo Sueco, as actividades do Movimento Mulher e Paz serão implementadas pelo Consórcio Fundação para o Desenvolvimento Comunitário (FDC), o Instituto para Democracia Multipartidária (IMD) e o Centro Africano para a Resolução Construtiva de Disputas (ACCORD).

☞ **Os Objectivos do Movimento**

O Movimento Mulher e Paz visa aumentar o espaço, as oportunidades e as capacidades das mulheres em Moçambique para se envolverem no diálogo, processos políticos, processos de consolidação da paz e reconciliação, conduzindo a coesão social em Moçambique, resultante do envolvimento dos cidadãos no diálogo transformador de género, processos de construção da paz e reconciliação nacional. A génese do Movimento enquadra-se na sua pretensão de contribuir para "uma coesão social transformadora de género em Moçambique através de uma plataforma nacional reforçada que procura aumentar a influência das mulheres na construção da paz, reconciliação nacional e política".

☞ **A Teoria de Mudança Inculcada no Movimento**

Subjacente a este objectivo abrangente, o Movimento Mulher e Paz é fundamentado pela seguinte teoria da mudança:

Se as mulheres estiverem efectivamente equipadas com habilidades e ferramentas de mediação, diálogo e construção da paz, e se um movimento nacional de mulheres for consolidado e fortalecido, e se uma massa crítica de políticos e líderes comunitários for reunida para apoiar a inclusão das mulheres na construção da paz, reconciliação nacional e processos políticos, então, as mulheres como um constituinte estratégico chave irão contribuir significativamente para a coesão social em Moçambique.

Conforme ilustrado no diagrama abaixo, a génese do Movimento será baseada na abordagem transformacional de gênero a ser implementada por meio de um método de

aprendizagem de ação que envolve diferentes actores, entre mulheres e homens ao nível das comunidades, líderes comunitários e figuras influentes com potencial para gerar mudanças e produzir um impacto positivo e duradouro no diálogo comunitário, construção da paz e reconciliação. Eis o diagrama abaixo:

Gender Transformational Approach



Fonte: OSÓRIO, 2005: 45

Dadas as complexidades envolvidas no contexto e conteúdo do Movimento que lida com questões sensíveis para a construção da paz e reconciliação, incluindo os desafios do processo de DDR, e os efeitos do Covid-19, a gênese do Movimento adotará uma filosofia de aprendizagem na esfera e lente de uma abordagem transformadora de gênero. Conforme representado no diagrama acima, a consciência e a condição de mulheres e homens em relação aos direitos e acesso aos recursos (que incluem informações, oportunidades, partilha de poder, participação igualitária no diálogo, paz e reconciliação) serão avaliadas, refletidas e acionadas no contexto das barreiras culturais e normas sociais, bem como obstáculos e oportunidades de instituições formais relevantes para a construção da paz e reconciliação.

Esta fase será implementada durante três anos e terá como alvo 7 das 11 províncias e em 28 distritos. Essas Províncias e os referidos distritos, além de serem aquelas que foram incluídas no primeiro estudo de linha de base em 2017, observam um perfil característicos e pontos em comum com relação as questões chave como: i) baixo nível de pobreza e indicadores sociais e económicos; ii) propensão à ocorrência de conflitos, crises humanitárias, incluindo desastres naturais, e por último, mas não menos importante, iii) abundância de recursos naturais e proliferação de multinacionais, que, conforme indicado em vários estudos, tem desencadeado uma variedade de conflitos com populações locais devido ao aumento dos casos de expropriação de terras, iv) presença da FDC, v) Processo de DDR, vi) Estudo de base do Movimento Mulher Paz, vi) Base da

constituência das mulheres fundadoras do Movimento Mulher Paz, vii) Equilíbrio Étnico e viii) Equilíbrio Linguístico.

Pretende-se que a FDC aproveite esta oportunidade para usar sua base de facilitadores comunitários para apoiar, treinar e orientar o Movimento de Mulheres, enquanto o IMD e a ACCORD trarão no programa a sua experiência em capacitação e treinamento para cidadania, participação política, mediação, diálogo, e construção da paz.

2.2. A Essência do Movimento Mulher e Paz

O “Movimento Mulher e Paz”, é uma iniciativa baseada na comunidade e liderada pelas mulheres, que congrega 163,000 mulheres activistas sociais e mais de vinte (20) organizações baseadas na comunidade, na religião, em diferentes partidos políticos, academia e sector público e informal que visa:

- ✿ Activar o poder de influência e liderança das mulheres no diálogo, mediação e resolução de conflitos, visando a construção da Paz e Coesão Social;
- ✿ Promover acções para fazer face aos constrangimentos relativos ao género tais como: i) o baixo nível de escolaridade, ii) violência baseada no género, iii) barreiras sócio-culturais, iv) dependência económica, v) fraco engajamento das mulheres em iniciativas de diálogo e construção da paz em Moçambique;
- ✿ Buscar oportunidades não exploradas e experiências locais que podem ser capitalizadas para a promoção e fortalecimento das mulheres e sua influência nos processos de paz e reconciliação nacional; e
- ✿ Aumentar o auto-sustento das mulheres através de Grupos de Poupança e Crédito Rotativo (PCRs) vulgarmente denominados ASCAs, para a geração de rendimentos e sinergias com outros programas dentro e fora da FDC.

☞ A Natureza do Movimento Mulher e Paz

O Movimento Mulher e Paz apresenta uma natureza dual, ou seja por um lado busca a participação efectiva da Mulher na Construção da Paz e Reconciliação Nacional para a Coesão Social, e, por outro busca o empoderamento económico da Mulher, quiçá, meios de vida, para fazer face a pobreza, não obstante a subvenção da Suécia não cobrir este último aspecto.

O principal objectivo do movimento das mulheres é aumentar o espaço, as oportunidades e as capacidades das mulheres em Moçambique para se tornarem mediadoras e participarem de forma activa nos diálogos, processos políticos, processos de consolidação da paz e reconciliação, conduzindo a coesão social em Moçambique.

☞ A Agenda do Movimento Mulher e Paz

A agenda das mulheres reúne nove (9) pontos-chave que requerem ações de curto, médio e longo prazos. Além desses pontos de acção, o movimento desenvolveu mensagens-chave que expressam a visão e os princípios do movimento. Esses pontos de acção e as mensagens relevantes serão implementados de baixo para cima, usando o método de

pesquisa-acção, começando pelos vilarejos e comunidades até os níveis provincial e nacional, com o envolvimento de pontos focais, treinadores, activistas e funcionários da FDC baseados ao nível local. Eis os pontos de agenda são:

- ✿ Institucionalização de espaços permanentes de diálogo onde mulheres e outros actores possam se informar, refletir e aprender uns com os outros sobre o processo de construção da paz e reconciliação nacional;
- ✿ Institucionalização do Movimento Feminino pela Paz;
- ✿ Capacitar mulheres formadoras e activistas pela paz para fortalecer suas habilidades de diálogo, mediação, negociação e operacionalização da Resolução 1325 do CSNU;
- ✿ Fortalecer as medidas para incluir as mulheres em cargos de liderança e tomada de decisão nos espaços públicos, especialmente no nível local;
- ✿ Defender o combate a todos os tipos de violência e assédio sexual contra mulheres, meninas e crianças;
- ✿ Contribuir para uma maior solidariedade entre as mulheres;
- ✿ Promover a criação e fortalecimento de grupos de poupança e crédito feminino para maior inclusão financeira e empoderamento económico, principalmente para mulheres e meninas envolvidas com o movimento e outras formas de participação e diálogo promovidas pelo programa;
- ✿ Advogar para o estabelecimento da justiça restaurativa;
- ✿ Promover alianças com movimentos similares e outros sectores dentro e fora do país.

Com esta agenda se espera como resultados: i) Modelo de Paz Social Baseada na Comunidade testado, implementado, documentado e liderada pelas mulheres; ii) Número de mulheres formadoras capacitadas activamente engajadas nos processos locais de diálogo, reconciliação e construção da Paz; iii) Aumente o número de mulheres enquadradas em iniciativas constantes da Agenda nos espaços seguros estabelecidos.



CAPÍTULO III – O CONHECIMENTO DOCUMENTADO

3.1. Análise do Contexto Sócio-político e Institucional da Execução do Movimento Mulher e Paz

“...aqui a mulher activista as vezes tem muitas dificuldades de trabalhar...por causa destes conflitos militares torna-se muito difícil trabalhar...em algum momento o partido no poder acreditava que somos da oposição, até eu que sou conhecida aqui já fui chamada no Partido para questionar sobre o real objectivo do nosso movimento porque algumas pessoas foram queixar sobre coisas que não tem nada haver...e os outros partidos da oposição igualmente pensavam que estivéssemos a cumprir uma agenda do partido no poder...ora são os próprios régulos na comunidade que quando nós vamos para fazer a sensibilização da mulher olham com muita desconfiança ...aqui em Gorongosa havia um ambiente difícil e de desconfiança e tudo piorou com estes conflitos...mas fomos fazendo um esforço de incutir a mensagem e aos poucos a coisa melhorou, mas em momentos de pico eleitoral não vai ser fácil” (**Vanda Picardo** – Activista Fundadora do MMP – Gorongosa, 17/11/2022)

O presente estudo constatou uma realidade marcada por um ambiente de desconfiança e muitas reservas que caracteriza o contexto sócio-político e institucional da execução do programa. Este é claramente um factor externo que no início caminhou em direcção

contrária à missão e aos objectivos do Movimento Mulher e Paz. O ambiente e a lógica de intervenção do Movimento Mulher e Paz muitas vezes encerra um ambiente de desconfiança e daí limitações, quer sob o olhar das autoridades governativas no que tem haver com os conflitos militares no centro e norte, de um lado, e do advento do terrorismo no norte de Cabo-delgado, de outro lado, e quer também no que toca a agenda dos vários partidos políticos que inicialmente tiveram dificuldades em compreender a agenda do movimento.

Importa frisar que após um trabalho de divulgação da agenda, a essência e os objectivos do movimento, este foi largamente acolhido pelos diferentes seguimentos da sociedade com destaque para os partidos políticos que não só ficaram claros sobre a neutralidade e o os reais objectivos como também membros de diferentes partidos se uniram em torno do movimento e se tornaram, inclusive, membros fundadores.

Sobre a agenda do movimento, o estudo constatou um ambiente dúbio e imbuído de estereótipos político-partidários, que aliado ao fraco entendimento sobre os objectivos do Movimento consubstanciou um ambiente de difícil intervenção no quadro da missão do Mesmo. Os factos e evidências relatados a partir dos depoimentos colhidos relatam uma realidade onde, ainda que com sinais de melhoria, se caracteriza em:

1. Presença regular e dissimulada de mandatários do governo/partido no poder (com olhar intimidatório) nas sessões do MMP como forma de procurar entender o real objectivo da agenda da mulher;
2. Fraca colaboração das mulheres filiadas em partidos políticos da oposição na missão das activistas do MMP dentro das comunidades;
3. Elevado nível de desconfiança e por vezes intimidações à mulher mormente em Sofala e Cabo-Delgado no contexto dos conflitos político-militares e o advento do terrorismo;
4. Forte influência de estereótipos político-partidários que dificulta a possibilidade de existência de fóruns de debate e/ou convivência conjunta entre as mulheres pertencentes a diferentes partidos políticos para o debate dos desafios comuns expressos na agenda do MMP.

Associado aos elementos descritos acima e ainda no que diz respeito ao trabalho de sensibilização sobre a agenda da mulher a todos os níveis percebe-se a existência da vontade de mudança, todavia, persistem ainda reservas no que respeita a fraca abertura das instituições (partidos/governo/autoridades comunitárias) que aliado à forte influência do regime patriarcal que se enraizaram ao longo das gerações, consubstanciam resistência à mudanças. Daí por exemplo, que muitas vezes as agendas políticas dos partidos políticos não são sensíveis às questões do género e não discutem a liderança ou papel da mulher nos processos políticos, pois resultam de um sistema patriarcal que lhes "exclui".

Ora estas realidades são documentadas num contexto jurídico legal e institucional onde o País tem estado a ratificar acordos internacionais que garantam a promoção da mulher e com base nestes acordos o surgimento de decretos e leis nacionais que dêem visibilidade

e abrem espaço para a legitimação da participação da mulher em processos de diálogo, paz, reconciliação nacional e coesão social.

Moçambique é signatário dos compromissos de Paz e Segurança e Membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, da Agenda Africana 2063 e da Agenda Global 2030 concretamente o objectivo de desenvolvimento sustentável 16 sobre Paz, Justiça e Instituições Eficazes. O quadro institucional moçambicano é ainda fortificado por um quadro legal e uma série de acordos e tratados internacionais que criam um ambiente propício para a actuação do MMP no quadro da promoção da participação da mulher nos processos de pacificação e reconciliação nacional. Eis alguns exemplos:

- A Declaração Solene da Igualdade de Género em África (1994) que estabelece as metas para a União Africana em termos de equidade de género que deverão ser atingidas pelos Estados-membros.
- A Declaração de Beijing em 1995 que estabelece marcos programáticos a serem implementados pelos governos para melhorar o estatuto da mulher através da implementação da Plataforma de Acção de Beijing.
- A Declaração de Género e Desenvolvimento da SADC em 1997 que compromete os países signatários a rever as leis discriminatórias e a aprovar novas, de forma a eliminar os factores que limitam o acesso e controlo dos recursos pelas mulheres e aos espaços de tomada de decisão;
- O Protocolo da SADC sobre Género e Desenvolvimento de 2008 e que estabelece metas para a SADC no que concerne ao alcance da equidade de género, incluindo a recomendação para se alcançar a quota de participação de 50% de mulheres nos espaços de tomada de decisão bem como a equidade no acesso à educação por parte da rapariga.
- O Protocolo Opcional da Carta Africana dos Direitos Humanos e Direitos das Pessoas e Direitos das Mulheres (2005) que reforça as medidas adoptadas para eliminar qualquer tipo de discriminação contra a mulher em África e para proteger os seus direitos.
- Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
- Resolução do Conselho de Segurança das NU 1325 sobre Mulher, Paz e Segurança
- Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança 2018-2022
- Política Nacional de Género e sua Estratégia de Implementação
- Protocolo de Genebra 2019 sobre Mulher Paz e Segurança.

Note-se que estas iniciativas comprometem os países signatários a rever as leis discriminatórias e a formular novas políticas e programas para o benefício da mulher e da rapariga.

Porém, apesar dos instrumentos acima mencionados e dos avanços existentes na implementação das políticas, principalmente na incorporação da mulher nas esferas do poder político, muito ainda há por se fazer, sobretudo nas comunidades onde pouco ou quase nunca as políticas existentes reflectem a realidade da maioria das mulheres, o que pode ser explicado, por um lado, pelo desconhecimento por parte de muitas mulheres das leis que as protegem e, por outro lado, devido à falta de cumprimento das medidas punitivas para os infractores dos mesmos relegando a sua resolução ao seio familiar.

Sem contar que, é notório no país o facto do governo focalizar mais as suas acções de combate as desigualdades de gênero nas áreas urbanas e com menor enfoque nas zonas rurais, o que pode contribuir para desequilíbrios em termos de taxas de prevalência nas duas áreas. Tal acentua-se porque muitas mulheres e homens da zona centro e norte do país desconhecem as leis que protegem as mulheres e garantem a igualdade de oportunidade e tratamento entre homens e mulheres. Isto nos levar a crer que talvez as leis e políticas que norteiam a igualdade de gênero não estejam sendo divulgadas com a mesma frequência nas regiões rurais, ou seja, as políticas podem estar mais favoráveis às mulheres e raparigas que vivem nas cidades, e não as que vivem nas zonas periféricas.

Por isso, apesar do alto percentual de mulheres no parlamento moçambicano (28% em 2003; 38.2% em 2008; e é de 39.2% em 2010) e conseqüentemente dos avanços significativos da participação da mulher na vida política do país, sobretudo no que diz respeito à sua presença nos órgãos de liderança dos partidos políticos, ainda há desafios a serem superados.

Portanto sob ponto de vista institucional, a existência e disponibilidade dos espaços de diálogo e/ou de advocacia, sensibilização e capacitação pelo direito à participação política da mulher na sua plenitude, não é efectiva e a actuação dos movimentos da mulher é, em geral, fraca, não apenas devido à falta de preparação e capacidade (muitas vezes financeira) das organizações, mormente as que actuam ao nível provincial e distrital, mas também devido a forte influência do regime patriarcal e sobretudo devido a ausência, no sentido mais amplo, de um quadro jurídico-legal, orientador e regulador que determina a obrigatoriedade de inclusão da mulher nos órgãos de tomada de decisão. O sistema de quotas precisa de ser legalmente consagrado para garantir a participação equitativa da mulher e sedimentar a obrigatoriedade de incluir a mulher nos órgãos de decisão (nos partidos políticos por exemplo), sendo que a monitoria deste processo seria com base num pressuposto legal.

Esta fraca participação da mulher nos processos políticos, apesar da presença destas no parlamento, foi notório no decurso das negociações para o Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo, assinado a 6 de Agosto de 2019 por Ossufo Momade, líder da Resistência Nacional de Moçambique (Renamo), e o Presidente de Moçambique Filipe Nyusi, onde, basicamente não se observou a presença e/ou o papel específico da mulher na liderança e/ou no processo de negociação e reconciliação.

O quadro institucional moçambicano, tal como afirma Rebelo (2012), é o reflexo dos papéis da mulher que foram moldados por estereótipos de gênero e que reforçaram a ideia de fraqueza e vulnerabilidade relacionada ao feminino, facto que as manteve à margem dos processos de pacificação e resolução de conflitos em todas as etapas da nossa história. (Rebelo, 2012).

Tanto que no âmbito do *peacemaking*, como nos processos de negociação e as assinaturas de acordos estiveram historicamente ligados ao papel masculino. Desta forma, as experiências da mulher foram silenciadas tanto nos assuntos das mesas de negociação, quanto na participação das conversações.

Ainda no quadro institucional em que opera o Movimento Mulher e Paz, da interacção com as mulheres pertencentes a partidos políticos e integrantes em braços sociais como a OMM, Liga Feminina da

Renamo, Liga Feminina do MDM, o estudo constatou que a prática mostra que o exercício do direito à expressão, à iniciativa, à vontade de liderar, à vontade de conduzir um determinado processo no seio do partido, de se candidatar para algum cargo político e/ou de direcção, configura-se um exercício dependente da vontade da direcção partidária “masculina” atrelada às directrizes ou orientações partidárias e não genuíno movido pela vontade da mulher e/ou grupo de mulheres por um lado e por outro as barreiras culturais e a crença da mulher de que ela não é capaz. Eis o depoimento abaixo:

“...É muito difícil uma mulher sozinha ter a iniciativa de se candidatar para algum cargo no seio dos nossos partidos...é preciso esperar uma orientação...muitas vezes as próprias mulheres são as primeiras a desencorajar quem quer tomar a iniciativa e não apoiam...continua ainda a convicção de que nós as mulheres fomos educada a seguir a opinião superior...no seio dos partidos funciona mesmo assim...é orientação partidária e não a vontade genuína da mulher ir a luta, infelizmente continua sendo assim...uma e outra mulher vai conseguindo ganhar a coragem e avançar com iniciativa própria mas o mais frequente são casos em que a vontade própria da mulher se submete à orientação das directrizes partidárias...” (Mulher Membro da OMM **em anonimato**, Nampula, 15/11/22).

O estudo documentou ainda que do lado das lideranças de partidos políticos, existe um esforço metódico que visa escamotear esta realidade de que a mulher continua confinada num espaço diminuto e transmitir a imagem politicamente correcta de que as coisas estão bem e de que a mulher está não só activamente inserida nos órgãos de tomada de decisões, como também os manifestos eleitorais dos partidos políticos têm em conta os mais variados desafios da mulher. Eis os depoimentos abaixo:

“...As nossas actividades políticas têm como referência o manifesto da mulher...nas nossas listas temos a obrigatoriedade estatutária de reservar 40% dos lugares para a mulher, num sistema intercalado de posições, isto é uma realidade na FRELIMO, não só em Nampula como em todo o País” (**Deputado da Assembleia da República**, Partido FRELIMO - Nampula 15/11/2022).

Ora a vertente orientativa do Movimento Mulher e Paz, visa Influência da Participação da Mulher em Processos de Diálogo, Paz e Reconciliação para a Coesão Social, sendo este um fenómeno razoavelmente novo na cultura política Moçambicana, daí que todas as acções inculcadas no quadro da influência da participação da mulher nos processos de diálogo e pacificação devem ser monitoradas através de um sistema devidamente estruturado facto que igualmente constituiu um grande desafio para este Movimento O aparato político-institucional da execução do Movimento Mulher e Paz, é desafiante sob o ponto de vista da capacidade do próprio Movimento, estar dotado de ferramentas para monitorar a efectivação das acções, quer ainda no que tange a capacidade do a partir do Movimento Mulher e Paz, fazer nascer um movimento genuíno das mulheres à escala nacional que quebrando as barreiras ideológicas, institucionais e político partidárias estaria dotado de mecanismos para assumir os objectivos do programa como uma bandeira de luta pela inclusão da mulher nos órgãos de tomada de decisão a todos os níveis.

O do consórcio FDC/IMD/ACCORD, peca por ser de uma periodicidade muito curta (3 anos) o que o torna circunscrito num movimento de cogitação, um interruptor social que acciona o início de um processo de transformações com uma vertente inserida por um lado a nível de todos os interlocutores, por outro, ao nível da base. Este Movimento tem o condão de

cogitar as mudanças por dentro daí que tem o potencial de ter lançado uma semente que dependendo da efectivação das acções de réplica e da vontade do doador, certamente vai germinar e gerar frutos para um movimento de mulheres mais amplo, abrangente e actuante futuro.

3.2. A Mulher na Zona Centro e Norte: *Seu Lugar e Papel na Sociedade*

Em todas as culturas em geral há uma diferenciação de tratamento, orientação, educação e comportamento imposto à meninas e meninos, fazendo, assim, parte natural de seu desenvolvimento e formação. Neste sentido, “Pode-se constatar facilmente que os comportamentos classificados como masculinos e femininos não são determinados pela natureza, mas mudam no tempo e no espaço de acordo com a edificação das civilizações”, (CARVALHO, 2000). Para entender a natureza das relações entre homens e mulheres em Moçambique vale ressaltar que existem no país dois tipos de sistemas culturalmente existentes nomeadamente o sistema Patrilinear e o sistema Matrilinear.

Assim, o sistema matrilinear traça laços de parentesco através da linhagem materna e maioritariamente se verifica na região centro e norte do país, por isso, os bens normalmente passam de geração para geração através dos familiares da mãe, enquanto que no sistema patrilinear os laços de parentesco são traçados através da linhagem paterna e maioritariamente se verifica na região sul do país, por isso, os homens é que assumem a propriedade dos recursos do agregado familiar.

Para Isabel Casimiro (2010), uma das principais diferenças nos dois sistemas, que traz vantagens para as mulheres no sistema matrilinear é o acesso e controlo dos recursos. Entretanto estudos da ASDI (2007), acreditam que a descendência matrilinear fortalece a posição da mulher na sociedade porque após um divórcio a casa e os filhos continuam a constituir parte da família da mulher. Contudo, a descendência matrilinear não significa que as mulheres detenham o poder formal, de facto, o poder de decisão está investido no irmão da mãe (tio materno) que detém o direito de distribuir os bens e recursos. De um modo geral, as relações de género em Moçambique são caracterizadas pela posição subordinada das mulheres. Quer as comunidades patrilineares quer as matrilineares em Moçambique assentam em formas de controlo social que priorizam o colectivo em detrimento do individual.

Esta posição também é defendida por Newitt (1995), ao afirmar que em ambos os sistemas patrilinear e matrilinear, as posições das mulheres eram baseadas na submissão aos membros masculinos da família (marido e o seu pai/irmão) e não se esperava que as mulheres participassem activamente na tomada de decisões do agregado familiar ou da família alargada. A participação pública em questões relativas ao clan, linhagem ou sublinhagem era também dominada pelos chefes masculinos do clã e pelos reis da linhagem, geralmente mais velhos .

Por isso, torna-se legítimo afirmar que a mulher na região Centro e Norte, apesar de pertencer ao sistema patrilinear, encontram-se em situação de submissão a autoridade

masculina da sua família e muitas vezes não possui o direito a opinião, ao controle de recursos e muito menos de decidir sobre a si e sobre os seus. Outro ponto não menos importante é o facto da região Centro e Norte do país, as funções de género distinguem-se das funções biológicas dos homens e das mulheres. Pois, estas são funções socialmente construídas que demarcam responsabilidades diferentes para homens e mulheres em termos de actividades sociais e económicas, acesso aos recursos e autoridade na tomada de decisões. Deste modo, as normas sociais discriminam as mulheres, no geral, e as raparigas, em particular.

Assim a mulher e a rapariga em particular, no Centro e Norte precisa lidar com uma vasta gama de tarefas que não lhe possibilitam ter tempo para a escola ou até mesmo cuidar de si, como a limpeza da casa, buscar a água, cozinhar, cuidar dos irmãos menores, ir a machamba, cuidar dos parentes mais idosos, cuidar dos filhos e ainda ter tempo e disposição para atender as necessidades biológicas do marido, etc. Por outro lado, nesta região do país foi constatado que ao homem cabe apenas a tarefa de trazer sustento a sua família e quando por algum motivo não tenha de onde ter sustento cabe a mulher sustentar a si e os seus dependentes muitas vezes através da agricultura de subsistência. Eis o depoimento abaixo:

"Aqui a mulher não tem voz porque quem manda em casa é o homem...eu sou esposa de um casamento poligâmico e muitas vezes tenho dificuldades de cuidar dos meus filhos porque meu marido não dá assistência com frequência e eu sou proibida de queixar meu marido na minha família...aqui em casa temos muitas galinhas e patos que criamos mas para matar uma galinha eu devo esperar autorização do meu marido...não tomo nenhuma decisão familiar aqui em casa e tudo depende da vontade dele...portanto as coisas são muito difíceis para muitas mulheres aqui em Angoche..." (Rahima Pedro Salimo, 42 anos de idade, Residente em Angoche – Angoche, 14/11/2022)

O facto de haver uma clara separação das funções dos homens e das mulheres, coloca as mulheres numa posição vulnerável impedindo-lhes o acesso pleno a direitos básicos. As disparidades de género na educação não podem ser isoladas de factores culturais e socioeconómicos que sustentam e reforçam estas disparidades. Estes incluem:

- O direito consuetudinário largamente aplicado nas comunidades que reforçando as práticas, crenças e hábitos confere a mulher e a rapariga um estatuto inferior;
- Atitudes socioculturais que determinam os papéis sociais a desempenhar entre homens e mulheres, suas responsabilidades e funções de poder;
- Crenças e práticas religiosas cristãs, do islão ou tradicionais que limitam a mobilidade das mulheres e da rapariga, o seu acesso aos recursos e o tipo de actividades que podem desempenhar;
- Factores económicos que limitam o acesso, controle e benefícios económicos pelas mulheres sobre os recursos, serviços, actividades e conhecimento.
- Esta situação tem uma total relação com os baixos níveis de escolaridade das mulheres nesta região do país, pois, infelizmente o rapaz continua sendo prioridade no que concerne ao acesso a educação, pois muitas das raparigas são sobrecarregadas com os afazeres domésticos, o que pouco acontece com os rapazes.

Sem contar que a maior parte dos pais e encarregados de educação não vê benefícios na educação das suas filhas preferindo apostar na educação dos seus filhos homens de modo a garantir o sustento da sua família. Portanto a escola é vista como um lugar que não dá dinheiro ou não dá benefícios esimplesmente gasta tempo das crianças que poderia ser gasto em actividade geradoras de renda ou seja, esta comunidade não considera a educação como um instrumento para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, tanto a nível social como económico e como tal não a consideram de capital importância.

Neste sentido, podemos considerar que nesta região do país, principalmente nas zonas mais recônditas, a educação tradicional não olha para a educação principalmente da rapariga como algo estritamente necessário, ou seja, não se valoriza a educação e formação da rapariga como um mecanismo que garante a rapariga desenvolver-se a si e a sua comunidade, mas, para o casamento ou a educação de boas maneiras no lar como o mecanismo capaz de trazer auto-estima e status para a rapariga, perigando desse modo não só o desenvolvimento da rapariga, mas sobretudo a comunidade e/ou a nação inteira. Para muitos pais entrevistados em vários outros estudos similares, a escola não é o melhor lugar para deixar as suas filhas, pois, é na escola onde aprendem a se envolverem sexualmente com os outros homens, desgraçando assim a vida da família que pode vir a perder o valor do massonguiro/lobolo e como tal ser mal vistos na comunidade. Muitos pais obrigam as filhas a abandonarem a escola alegando ser um local palco de prática da prostituição.

Por estes motivos, muitas das crianças olham para a educação tal como lhe é ensinada, ou seja, estas não vem na educação o lugar certo para adquirir conhecimento que poderá ser útil para o desenvolvimento e aperfeiçoamento de capacidades que futuramente serão úteis para o seu desenvolvimento humano. As comunidades e principalmente os rapazes e as raparigas, não entendem/ desconhecem as vantagens da educação e formação, afinal a educação providencia certas habilidades (ler, escrever e fazer operações matemáticas) que são de extrema importância como resultado de desenvolvimento, contribui para a mudança de comportamento e de valores, desempenha um papel fundamental no fortalecimento dos desfavorecidos ou vulneráveis e contribui para a preparação das pessoas no desenvolvimento do empreendedorismo.

Outro aspecto que dificulta a que as mulheres na região em análise tomem a dianteira nos processos ligados a mediação da paz e reconciliação é a pobreza. Este é um factor chave das privações que a mulher sofre. Barreiras relacionadas com o custo e as distâncias a percorrer influenciam, por exemplo, no acesso aos serviços de saúde materno infantil. Muitos dos indicadores sociais mostram grandes disparidades segundo os quintis de riqueza dos agregados familiares, embora em alguns casos as privações sejam elevadas mesmo nos quintis mais ricos. A cobertura de protecção social, como resposta a esta vulnerabilidade, é ainda muito fraca, apesar do recente alargamento dos programas. Os dados quantitativos e qualitativos disponíveis revelam a desigualdade que vivem as mulheres, demonstram que as mulheres estão em desvantagem em áreas cruciais como educação e emprego. Além disso, áreas com maior avanço de implementação de políticas para as mulheres reforçam o tradicional papel da mulher na reprodução. Estas diferenças são também de tal natureza que comprometem seriamente as opções de Moçambique

para redução da pobreza numa base alargada como preconizado na sua estratégia de redução da pobreza, o PARPA.

Uma pesquisa realizada pela CHR Michelsen Institute (CMI, 2009) nas províncias de Sofala, Manica, Niassa e Cabo-Delgado ressalta a feminização da pobreza e informa que a pobreza está ligada a género como condição multifacetada. Destaca que as relações de desigualdades de género estão marcadas pela falta de rendimentos e bens para satisfazer necessidades básicas; o sentimento de não ter voz ativa; a vulnerabilidade perante choques adversos e a baixa resposta institucional.

No que concerne aos cuidados de saúde, muitas mulheres das províncias em análise têm dificuldades no acesso aos serviços de saúde, muito porque as mesmas dependem dos maridos ou em outros casos da família do marido para terem acesso a esses serviços. Nestas províncias, os níveis de sero-prevalência são bastante elevadas, o que coloca a mulher no geral e a rapariga em particular numa situação de vulnerabilidade. Os elevados índices de HIV/SIDA em Manica 2021, por exemplo, associados a falta de informação e aos índices altíssimos de analfabetismo levam à produção de novos mitos e preconceitos, como acontece com o "abandono de muitas crianças órfãs que não são recebidas pelos familiares com o argumento de que a "doença" que matou os pais pode passar para as famílias de acolhimento" , (Osorio et all, 2009).

No que concerne ao HIV/SIDA, os membros da família, particularmente as sogras, são, muitas vezes, instigadoras de violência, acusando as noras de serem portadoras da doença, provocando, em cumplicidade com os curandeiros, o estigma e a exclusão social. Também, com alguma frequência os filhos doentes acusam as mães de feitiçaria, acabando estas por serem mortas.

Na mesma ordem de ideias, o planeamento familiar, por exemplo, e as acções que visam pô-lo em prática são muito difíceis de serem implementados, pelo facto de as mulheres não terem poder de decisão e o número de filhos constituir um sinónimo de masculinidade. Foi possível aferir ainda que mesmo quando os maridos estão ausentes, como acontece num grande número de casais, os outros membros da família, como o irmão do marido e principalmente as sogras não permitem que se dirijam sozinhas ao hospital (até mesmo quando estão doentes), não lhes conferindo o direito de decidir fazer o planeamento. É neste sentido que as mulheres na zona Centro e Norte do país possuem serias dificuldades para mediar conflitos tanto na esfera pública como familiar pois, as dificuldades inerentes a socialização da sociedade moçambicana não dão espaço para a participação activa das mulheres nos processos de governação e mediação de conflitos.

Portanto os factores económicos, socioculturais, antropológicos e/ou o lugar da mulher na sociedade das regiões centro e norte de Moçambique, no quadro da implementação do presente programa são desafiantes sob o ponto de vista da capacidade do próprio programa estar dotado de ferramentas para inverter o status quo quebrando as barreiras ideológicas, tradicionais e socioculturais com vista tornar o programa como uma bandeira de luta pela inclusão da mulher nos órgãos de tomada de decisão a todos os níveis.

3.3. Percepções e Práticas Tradicionais sobre o Diálogo, Resolução de Conflitos, Pacificação e Coesão Social - O Conhecimento Tácito

Os métodos consensuais de solução de conflitos através do diálogo é como se efectiva tecnicamente a mediação e conciliação de um conflito na construção de uma sociedade sem violência e regida por normas tradicionais de pacificação e promoção da coesão social.

Em todas as sociedades existem formas tradicionais e um conhecimento endógeno intrinsecamente ligado ao contexto sociocultural e que é são aproveitados para a promoção do diálogo, resolução de conflitos, convivência pacífica e o estabelecimento da coesão social. Moçambique não foge à regra. Existem pois formas de organização tradicional usadas como normas de promoção da coesão social.

A mediação comunitária, tribunais comunitários, fóruns de chefes tradicionais, os conselhos familiares de anciãos, conselho de matronas, dentre outras, difere das práticas formais de tratamento dos conflitos e pacificação justamente porque o seu espaço de actuação é a comunidade e a sua base de operações o pluralismo de valores composta de sistemas de vida diversos e alternativos. Sua finalidade consiste em reabrir os canais de comunicação interrompidos e reconstruir laços comunitários destruídos entre famílias e no seio das comunidades. O seu desafio mais importante é aceitar a diferença e a diversidade, o dissenso e a desordem por eles gerados. Sua principal ambição não consiste em propor novos valores, mas em restabelecer a comunicação entre aqueles que cada um traz consigo e assim promover a coesão social.

O presente estudo na região centro e norte de Moçambique, conseguiu documentar formas de organização social tradicionais e práticas indígenas (endogénas) e de base local, que aproveitadas, podem ser aplicadas na construção de modelos com vista a garantir a influência das mulheres na construção da paz e reconciliação nacional para a coesão social:

- i. Fóruns das matronas dos ritos de iniciação.
- ii. Presença de mulheres/anciãs nos tribunais comunitários.
- iii. Presença de mulheres/anciãs nas cortes de liderança comunitária chefiado pelo Régulo.
- iv. Fóruns das mulheres curandeiras.
- v. Grupos de dança feminina.
- vi. Grupos de Xitique/Poupança da mulher.
- vii. Associações de Viúvas.
- viii. Clubes de Raparigas.
- ix. Machambas colectivas.

Foi documentada ainda a existência de:

- i. Mulheres juízas comunitárias.
- ii. Mulheres régulos/rainhas.
- iii. Mulheres membros e chefes de tribunais comunitários para resolução de conflitos.
- iv. Mulheres pastoras/líderes religiosas.
- v. Mulheres conselheiras comunitárias.

Estas formas de organização social na zona centro e norte de Moçambique representam um momento de transformação e transição no que concerne ao que podemos chamar de

“ideologia familiar”, sobre as relações de poder que são constitutivas das hierarquias na família e sociedades tradicionais e que expressavam-se quer através das modalidades de acesso aos recursos, quer através do acesso aos círculos locais/comunitários de tomada de decisões, e que hoje verifica-se a tendência de ruptura com os velhos paradigmas e como tal, o surgimento de um novo ímpeto vis-a-vis a elevação do papel da mulher e sua influência nos processos de pacificação e coesão social no seio das comunidades.

Estas práticas surgem de modelos transmitidos de geração em geração e inspirados essencialmente do mecanismo de funcionamento das sociedades indígenas. Surgem como as melhores vias e formas ue as famílias e/ou partes em conflito encontram para juntas, por meio da comunicação, a solução para os seus problemas, em várias áreas de sua vida, como familiar, vizinhança, posse e propriedade, herança, questões comerciais, de consumo, ambiental. Com estas práticas nas quais se evidencia o papel da mulher, podemos vislumbrar três objectivos fundamentais: a solução dos conflitos, a prevenção à má administração de conflitos e a coesão social. Portanto, são práticas que facilita o processo de diálogo e a escuta entre pessoas para juntas buscarem a solução para os seus problemas, e usadas igualmente como formas de resgatar a coesão social por meio da educação social. Isso demonstra que ao nível das comunidades é possível promover a cidadania e fortalecer os laços solidários existentes numa comunidade. Existe um conhecimento endógeno e tácito que é aplicado para resolver os conflitos As comunidades sabem da importante função da mulher neste exercício de mediação e/ou pacificação comunitária.

O presente estudo documenta uma grande diversidade cultural no centro e norte de Moçambique, onde estão presentes formas diferentes de regulação social, que se traduzem, entre outros, na presença de instâncias não oficiais de resolução de conflitos, onde o papel da mulher é bastante relevante. Mais ainda, os problemas no acesso ao sistema de justiça central fazem com que, para a maioria da população, a via não oficial se torne a única alternativa, seja através das estruturas políticas, seja através das instâncias de poder tradicional e religioso.

Na prática, no entanto, nem sempre o processo decorre de forma tão pacífica e ordeira e podemos encontrar relações de competição ou de cooperação. No primeiro caso, temos as situações em que elas competem entre si por maior legitimidade, usurpando-se mutuamente as funções. No segundo caso, a complementaridade manifesta-se quando as competências específicas de cada instância são chamadas a intervir na resolução dos conflitos. Por exemplo, quando os casos têm a ver com violência sexual de menores, a presença da mulher e/ou de representantes de fóruns femininos é indispensável ou então, quando surgem acusações de feitiçaria, pede-se o concurso de curandeiros, tal como observado na maioria dos tribunais comunitários.

O papel da mulher que em algumas comunidades das províncias do centro de Moçambique, onde é apelidada de “...*mãe grande...mãe conciliadora...mãe apaziguadora...mãe protetora...*” o papel da mulher na resolução de conflitos é indispensável ainda que para a legitimação de um problema já resolvido pelo homem. Os fóruns de matronas dos ritos de iniciação, são um grupo incontornável no processo de resolução de conflitos e pacificação das comunidades e como tal autênticos veículos de coesão social.

Os curandeiros, organizados pela AMETRAMO estão muito presentes ao nível local, sendo chamados a colaborar na resolução de conflitos pelas estruturas do bairro, articulando com os tribunais comunitários e os Assuntos Sociais e o papel da mulher neste organismo é indispensável. É indispensável mesmo porque Estas posições vão no sentido “repor” e reconstituir a ordem, agindo portanto como uma forma de controle social no seio dos conflitos familiares. Neste sentido, e tal como já foi apontado, a mulher tem um papel crucial na “identificação dos conflitos em que as mulheres se vêm envolvidas como litigantes ou como rés passa, em primeiro lugar, pelo seu grande domínio das formas e do modo como se realiza a construção social da identidade feminina ao nível das comunidades”. Eis o depoimento abaixo:

“...o papel da mulher é muito importante para resolver problemas aqui...é por isso que ela deve estar no tribunal comunitário...imagina uma mulher violada, ou luta de duas mulheres, ou problemas de mulher que engarrafa homem, ou problemas de mulher que arranca marido da outra, ou mulher que o período dela não passa por causa de feitiçaria, ou mulher que não faz filhos no lar, etc...este tipo de problemas que até são os mais frequentes aqui nas nossas comunidades, só a mulher pode melhor resolver...é um campo que o homem não domina ainda que tenha poder e que quem de facto domina é a mulher...para nós a mulher é a pacificadora das comunidades e por isso as matronas não páram em casa e toda a hora são solicitados para resolver problemas nas famílias...ela é de facto o garante da coesão social aqui...”
(**Chivambo Constâncio** – Líder Comunitário, Província de Sofala – Gorongosa, 24/11/2022).

No entanto, nem sempre esta articulação e/ou o papel da mulher na resolução de conflitos é pacífico, havendo tensões visíveis. Para outras instâncias, todavia, o reconhecimento da intervenção dos curandeiros e em particular da mulher vem da capacidade destes em enquadrarem problemas como a inveja ou maos olhares que, mesmo não cabendo no âmbito da lei, provocam instabilidade e disfuncionalidade minando a coesão social.

O estudo conseguiu aferir ainda, que existe nas comunidades e no seio das mulheres e raparigas um conhecimento tradicional, percepções e práticas indigénas (endogénas) e de base local difundido ao longo das gerações sobre a construção da paz, reconciliação e coesão social:

- i. A mulher é a geradora do homem e por isso a guardiã da família.
- ii. A paz começa em casa, no quarto, depois na família, na comunidade e depois para todos lá fora.
- iii. Se a mulher não está em paz na família, ninguém está em paz na sociedade.
- iv. Quem nasceu o mundo é a mulher e por isso a paz no mundo depende da mulher.
- v. Nenhuma decisão sobre a mulher pode ser feita sem a mulher
- vi. Se a paz está com um homem, está com um indivíduo, mas se a paz está com uma mulher está com o mundo.

Este conhecimento se apresenta mormente sob o domínio das anciãs, matronas, conselheiras, chefes tradicionais, curandeiras e mulheres influentes no seio das comunidades e é transmitido em forma de contos, provérbios, danças culturais, cerimónias

e casamentos tradicionais, reuniões familiares, conversas na machamba, na cozinha, no rio ou nas fontes de cartar água, formas de ser e estar da mulher que largamente influenciam nos processos de pacificação e coesão social no seio das comunidades e como tal importante para a sedimentação dos elementos de que precisamos para fortalecer a influência da mulher nos processos de diálogo, resolução de conflitos, pacificação e coesão social em Moçambique.

3.4. A Influência do “Movimento Mulher e Paz” na Prática Sobre o Diálogo, Resolução de Conflitos, Pacificação e Reconciliação - O Conhecimento Adquirido

O estudo compreendeu que a primeira fase do Programa de Fortalecimento da Influência das Mulheres na Construção da Paz e Reconciliação Nacional para a Coesão Social, no seu espaço de actuação paulatinamente a criou condições para o despertar da consciência das mulheres para se envolverem no diálogo, resolução de conflitos, consolidação da paz e reconciliação, bem como a sua influência nos processos de tomada de decisão conduzindo a coesão social. Evidências mostram um processo organizacional das mulheres em núcleos das igrejas, mesquitas associações de base local, grupos de dança que periodicamente abordam questões sobre paz e reconciliação.

Há igualmente evidências de envolvimento activo da mulher no processo eleitoral autárquico em 2018, quer no processo de observação, quer na dinâmica interna dentro dos partidos políticos através do papel das ligas femininas. Os ambientes políticos têm vindo a ser reformados e as mulheres têm ganho força na tomada de algumas decisões políticas, que aliado as acções de formação, advocacia e sensibilização do programa, foi permitindo uma melhor e maior abertura na participação da mulher a todos os níveis. O programa veio fechar uma grande lacuna institucional existente e funcionou como um “interruptor social” que despertou a consciência da mulher para um movimento organizacional e uma participação crescente nos processos visando a resolução de conflitos, consolidação da paz e reconciliação.

Apesar de embrionária e de pouca abrangência geográfica, a acção do “Movimento Mulher e Paz”, nas províncias de sua intervenção, ela já constitui uma realidade. Existem no movimento, mulheres activas e dinâmicas que criam ânimo entre os demais, integrando mulheres das diversas categorias sociais e profissionais e até camposesas. É muito o que já é feito, pese embora carecer de articulação, estruturação, consciencialização e legitimação dos membros do movimento ao nível da base.

O Movimento, ao implantar-se, estabeleceu um relacionamento interinstitucional com as instituições governamentais, ao exemplo da existência de procedimentos que o interligam à Polícia da República de Moçambique, às Direcções Provinciais e Distritais da Saúde e Acção Social, da Mulher e Género, à Procuradoria e Tribunais e ao nível da base, com as lideranças tradicionais e comunitárias. Em todas as comunidades visitadas no âmbito do presente estudo, as canções em língua local com teores sobre a importância da participação da mulher, ou sobre os feitos da participação da mulher para a mudança social, a dança colectiva das mulheres, transmitiram a ideia da existência de um elemento

transformador com uma base suficiente para a consolidação de fundamentos do Movimento Mulher e Paz.

Por uma variedade de razões, estas canções, de agrado comunitário auxiliam por si, a consolidação do espírito da colectividade em prol do movimento. São canções de simples linguagem conversacional, com bastante repetição, que é justamente o que as mulheres activas do movimento procuram que se atinja, através da canção e pelo movimento, ou seja, o movimento, faz da canção um vector da consciencialização e da difusão ao comover a acção no seio dos grupos. Todavia, entre os associados, pouco se imagina a dimensão da mudança que canções possam trazer ao movimento e no seio comunitário. As canções, são importantes ferramentas que sustentam não só as culturas, religiões, hábitos e costumes, patriotismo e até mesmo revoluções, pela sua natureza contagiante para a coesão social. Este aspecto, é importante para o movimento, ao puder aglutinar mulheres de cores partidárias diferentes, de religiões ou extractos sociais diferentes, a favor da harmonização das partes e seguimento mútuo dos fundamentos do movimento.

O efeito multiplicador que daí advém, é encontrado além da canção e dança. Outro mecanismo de intervenção do movimento, são as reuniões das associações e do movimento. Um fórum/recurso, do qual as mulheres das associações propõem a expressão de aspectos internos e externos das experiências, problemas encarados e conhecimento comunitário. No movimento as mulheres falam sobre suas leituras em volta do comportamento social que lhes desfavorece, das reações com outras pessoas diante de conflitos domésticos, localizados ou regionais, suas habilidades em dialogar sobre experiências passadas, para interagir com menores de idade, com idosos, com indivíduos de sexo oposto, problemas entre membros de partidos políticos opostos, de religiões diferentes, questões de género, violência baseada no género e doméstica, barreiras encontradas aos diversos níveis, etc., indo sempre ao encontro dos objectivos preconizados pelo movimento.

Diferentemente dos tempos passados, as mulheres do movimento já identificam problemas domésticos-familiares e comunitários e influenciam mudanças. Já questionam sobre a ausência feminina em Acordos de Paz e Reconciliação Nacional, o alto índice do analfabetismo feminino, a violência doméstica, a violência baseada no género, a pobreza feminina, a insuficiência de meios de subsistências, entre outros assuntos e inconvenientes existentes para o avanço do movimento. Há nas comunidades, actividades de consciencialização no seio comunitário e promoção do espírito crítico e da tomada de consciência com vista a mudança, onde se compreende que as mulheres já ultrapassam a esfera crítica na qual a consciencialização é o teste da nova realidade. Quanto mais a consciencialização é feita, mais se dá a realidade, mais se penetra na essência do problema frente ao qual se encontram para analisá-lo, pois, para o movimento, a consciencialização não pode existir fora da prática, sem o acto acção, que se traduz na assunção do papel das mulheres na transformação da sociedade que se caracteriza em contactos porta a porta, palestras e entre outras formas encontradas protagonizadas pelas activistas.

Na comunidade existem mulheres líderes (régulo) eleitas no seio comunitário e igualmente integrantes activas no movimento. As associações contemplam mulheres professoras, enfermeiras, jornalistas da rádio e televisão, comerciantes, outras profissões que incluem

homens. Em termos numéricos, os homens pouco se notabilizam, todavia, a existência de mulheres activas favorece para uma atmosfera propícia e fértil para a geração de mudanças conforme explicou Chivambo Constâncio, líder comunitario em Gorongoza em entrevista.

"...Eu sou Chivambo Constâncio, Líder comunitario. No distrito temos presidente - juiz e seu elenco. Temos quatro elementos deste elenco em que está uma mulher eleita, o elenco do bairro escolheu a mulher e propôs-se a ideia ao secretário e aprovou-se no seio comunitário, temos régulo mulher numa das nossas comunidades e estas líderes resolvem conflitos comunitários..."
(**Chivambo Constâncio**, Líder Comunitário de Gorongoza em entrevista, 17/11/22).

As questões partidárias que anteriormente fracionavam os grupos das mulheres no seio comunitário, vem sendo gradualmente ultrapassadas dado o conhecimento adquirido pela dinâmica do movimento. A sensibilização/consciencialização vem mostrando que as questões partidárias que opunham as mulheres devem ser tratadas abertamente no movimento de forma a que se ultrapassem as oposições na luta pelos direitos e dificuldades da mulher.

As questões religiosas são outra parte discutida pelas mulheres na comunidade. Inspiradas pelo movimento, as associações usam como exemplo da discriminação, a mulher muçulmana. Segundo o islão, ela é impedida de se renuir, mostrar o rosto, estar ou pronunciar-se diante dos homens - elemento bastante profundo na região costeira de Nampula (Angoche). As associações, procuram trabalhar com os líderes dos partidos políticos, com os líderes religiosos, tradicionais e locais envolvendo-os em sessões de consciencialização e mostrar que, para o logro da luta pela participação da mulher em processos de diálogo e pacificação a sociedade deve estar despida de preconceitos religiosos, culturais e outros como o analfabetismo e que as lideranças devem a tolerância a favor do movimento para que as mulheres sejam mais livres e convivam a paz, conforme explica Suzana de Castro em entrevista:

"...Tenho uma vizinha muçulmana, diz que fazer planeamento familiar é Haram/Pecado. Esta faz muitos filhos em escadaria. O nosso apelo nunca serve. Ela tem galinhas que não come e não pode matar sem o consentimento do marido, tem medo do marido e nós advertimos que ela tem direito. O marido veio ameaçar-me dizendo que não devo me meter na vida deles, acusou-me de ofensa por eu ter dito a esposa que tinha direito de matar e comer galinha com crianças na ausência do marido. De tanta insistência, já vejo mudanças pelo muro, vi ela perseguir e matar galinha na ausência do marido e comer com os filhos...veio ter comigo e disse-me-obrigada tia Suzana...". (**Suzana de Castro, 42 anos** em entrevista, Nampula-15/11/22).

O conhecimento adquirido pela dinâmica do movimento reflecte-se pelo desencadamento de programas de troca de experiências entre associações, iniciativas de promoção do equilíbrio do género, violência doméstica, violência com base no género, gestão do crédito rotativo, criação de aves (frangos), xitique e conhecimentos sobre a paz, onde igualmente são envolvidos e capacitados os líderes locais. O recurso à televisão, à radio, ao jornal para reverter comportamentos ou disseminar conhecimento, é para as associações, uma outra

forma de expansão para as zonas recôndidas, onde as mulheres ainda não aceitam apresentar certas questões, não tem liberdade de expressão e de aproximar ao gabinete da mulher ou à polícia para denunciar questões da VBG por falta de conhecimento. O movimento compreende que mais para o interior das províncias, há necessidade de encetar esforços de disseminação do conhecimento sobre os ideais do movimento e sobre direitos das mulheres pois, os canais de comunicação até então usados, são muito pouco explorados pela maioria das mulheres. As mulheres não possuem ainda, capacidade de penetrar para os locais mais ao interior por insuficiência de meios.

A dimensão das mudanças trazidas pelo conhecimento adquirido pelas acções do movimento, podem ser medidas através das denúncias endereçadas às entidades governamentais, de cidadãos estrangeiros que residem na cidade de Nampula sem a identificação regularizada. Mulheres activas do movimento já denunciam estes casos às entidades governamentais e estas, dão o devido seguimento. Cada uma das associações tem o seu saber, faz algo que a identifica, ao exemplo da OPENTA em Nampula que luta pelos direitos da mulher e rapariga. As mulheres associadas compreendem que se fossem mais unidas, lutariam unidas e trariam ao movimento muitos saberes em volta de seus pontos de actuação e por essa via, facilmente seriam capacitáveis. Compreendem que na sociedade não se decide sozinho e que tem de estar juntas para decisões conjuntas e usam como exemplo, os acordos de paz em que não viram participação de figuras femininas. Por este entendimento, as mulheres associadas querem incluir os líderes tradicionais e comunitários para facultarem a disseminação.

Casos de sucesso destas iniciativas que mostram a prática sobre o diálogo, resolução de conflitos, pacificação e reconciliação que geram mudanças, pode ser encontrado ainda em depoimento de Lina Zacarias, uma mulher influente da província de Nampula em entrevista:

"...Eu sou Lina Zacarias, antiga combatente dos tempos de Samora Machel, faço trabalho de evangelização nas licheiras e penitenciárias. Tive um caso em Angoche e Mongincual e aqui na cidade de recrutamento de jovens para alimentar a insurgência. Certo dia, deparei-me com pessoas de nacionalidade estrangeira que estavam na licheira a recrutar jovens. Interoguei-lhes e confessaram que não estavam autorizados a recrutar. Levei-lhes à segunda esquadra da PRM para expôr o caso. O oficial chamou o comandante e expliquei o assunto, disse-lhes quem sou, que muitos jovens estão a desaparecer e eu encontrei o recrutador. Sabia dos que estavam mortos e os regressados das fileiras da insurência. Falei que Mocímboa da Praia começou assim, o comandante agiu. Saiu no carro da polícia e foram buscar outros jovens na licheira e mais outros jovens lá encontrados de 12-13-14 anos e fui informar ao pastor da igreja. A notícia expandiu-se rapidamente pela cidade, mas a policia não me protegeu. Temos tanzanianos na licheira, zimbabweanos no hospital que se fazem de malucos enquanto e eu fui percebendo que estes que estão no hospital não são malucos. Concluí que, os secretários dos bairros não funcionam e isto não ajuda para haver paz. O assunto da bebida é outra arma que prejudica a sociedade, as nossas autoridades se esquecem do porquê existem...". (Lina Zacarias em entrevista, Nampula-15/11/2022).

O estudo documentou associações de viúvas (Nampula) que fazem levantamento das necessidades das mulheres, procurando elevar a sua voz, através dos pontos focais e facilitadoras, cada uma no seu bairro. Já abordam sobre Direitos Humanos das mulheres, sobre a questão de herança que tem sido um grande *calcanhar de aquiles* para as viúvas sobre o género e levam o conhecimento para as comunidades como atesta Isabel Vicente da associação AMUCANA – de auto ajuda das mulheres e difusão de conhecimentos sobre VBG, Violência Doméstica em entrevista:

"...Nós trabalhamos fazendo visitas domiciliárias e palestras na comunidade sobre planeamento familiar, direitos das mulheres e sobre o género. Conversei com uma jovem muçulmana e casada que diz que fazer planeamento familiar é Haram. Tinha um bebé de 5 anos e uma barriga de 8 meses. Informou o marido sobre o que conversamos e o jovem disse-me que não devo intrometer-me nos assuntos do casamento dele e que a rapariga não voltaria a estudar porque para eles, estudar é Haram..." (Isabel Vicente em entrevista, Nampula – 15/11/2022).

Ora o Movimento Mulheres pela Paz, lançado em 2018 à luz do programa em alusão, funcionou como uma luz que aos poucos foi iluminando e preenchendo a lacuna institucional que as mulheres sentiam que existia e que estava impedindo a participação das mulheres na construção da paz e reconciliação. O estudo aferiu que em curto espaço de tempo de sua existência, o movimento de mulheres conseguiu estabelecer *links* e redes com outros movimentos interessados dentro e fora do país. O movimento permitiu a institucionalização de espaços de diálogo, formação de mulheres activistas para a construção da paz e reconciliação nacional, bem como o lançamento de iniciativas de empoderamento económico e social das mulheres, acções que tem estado a influenciar significativamente para a mudança de comportamento, práticas, atitudes inclusive no seio dos partidos políticos ao proporcionar uma nova dinâmica, uma nova forma de ser e de estar onde as mulheres se tornam cada vez mais interventivas e com espaço para fazer valer a sua voz e como tal influenciar nas decisões a todos os níveis.

3.5. Os Desafios e Barreiras da Participação da Mulher em Processos de Paz e Coesão Social

No quadro do presente estudo, foi possível ainda, documentar um conjunto de elementos que ao nível da base, constituem desafios e barreiras da participação da mulher em processos de paz e coesão social que não só podem reduzir o nível de participação da mulher em processos de paz, como igualmente podem comprometer a sustentabilidade das acções já existentes. Ei-los:

- Diferenciado nível de cometimento e fraca capacidade técnica das observadoras/activistas. Quer sob ponto de vista das técnicas de disseminação da mensagem, no quadro das sensibilizações, quer no que toca ao domínio dos conteúdos sobre a cidadania, participação política, paz e reconciliação, quer ainda no que diz respeito a planificação das acções no âmbito do movimento da mulher, as activistas demonstram dificuldades algumas das quais preocupantes e que de

alguma forma contribuíram para o fraco nível de participação e assimilação por parte da mulher na comunidade, mormente no que toca às acções de interacção com grupos de mulheres nas comunidades para analisar a agenda do movimento.

- Certas práticas culturais conflitantes com abordagem do “Movimento pela Paz” que podem diluir os esforços do implementador no respeitante ao género, questões partidárias, analfabetismo, falta de conhecimento e baixar o alcance dos resultados.
- Elementos controversos buscados de práticas e educação tradicional, cultura tradicional, religião sobretudo o islão transmitidos de geração em geração no seio dos adolescentes, mormente ao nível das comunidades rurais, o que impede a consciencialização/sensibilização acelerada difundido pelas activistas e mulheres activas locais do movimento pela paz.
- Muitas mulheres ao nível das comunidades continuam atreladas a alguns hábitos e costumes locais resistindo a mudanças o que dificulta a sedimentação dos elementos importantes para o desenvolvimento da consciência sobre a paz perigando assim a possibilidade do alcance esperado do impacto a médio e longo prazo e como tal, reduzindo o nível de alcance e sustentabilidade das acções e réplicas para a participação da mulher em processos de paz.
- As relações consuetudinárias existentes no país que não garantem a igualdade no acesso da participação da mulher em lugares cimeiros e até como ao direito do controlo do próprio corpo, que limitam a sua intervenção efetiva em processos de paz e reconciliação nacional.
- A decisão de algumas orientações religiosas como o islão que despreza a participação da mulher islâmica em reuniões ou de pronunciar-se publicamente diante de homens destoando toda a abordagem estratégica inculcada pelo movimento mulher e paz.
- A Pobreza rural, a fraca capacidade financeira da mulher aliada a sua elevada dependência em relação ao Homem o que dificulta a tomada de iniciativa e/ou a capacidade de estabelecimento de um sentido autónomo com vista o seu envolvimento nas acções do movimento.
- Baixo nível de coordenação de actividades e/ou fraca articulação institucional entre as associações integrantes do Movimento Mulher e Paz e como consequência:
 - Planificação e operacionalização das actividades
 - Capacidades diferenciadas
 - Ausência de sessões de troca de experiências entre os fóruns provinciais envolvidos.
- Ausência de uma equipe técnica única e exclusivamente adstrita ao projecto o que iria facilitar a flexibilização quer dos procedimentos técnicos, quer da articulação institucional e acima de tudo garantir a monitoria e avaliação contínua e assertiva das acções do programa.

- Reduzida capacidade técnica, financeira, material e humana das associações de base que integram o MMP facto que pode culminar com limitações consideráveis no seguimento das acções do programa como um todo:
 - Falta de meios de transporte e/ou meios materiais e logísticos para facilitar a deslocação das observadoras/activistas o que pode afectar em grande medida a cobertura geográfica das acções;
- A acentuada rivalidade e desconfiança política entre as mulheres que fazem parte de partidos políticos diferentes (mormente em momentos de pico eleitoral que se aproxima e que concide com as acções do programa), o que reduzir o nível de alcance da abordagem colectiva importante para vincar os desafios da participação política da mulher.
- O estudo registou ainda uma fragilidade de organização documental. A gestão de documentos seria essencial para o estabelecimento de uma estratégia de gestão de conhecimento com vista o aproveitamento das boas práticas do programa. O programa de influência da mulher e sobretudo o Movimento Mulher e Paz, precisa de uma gestão de arquivo descentralizada das acções adstritas aos outros projectos do Consórcio (FDC/IMD/ACCORD); normalização de documentos; processos e procedimentos; uniformização dos procedimentos de trabalho em rede; rapidez na disponibilização; acesso e tratamento de documentos e o controlo dos fluxos de informação.
- Fraco nível de abrangência das acções de monitoria e avaliação interna das acções do programa a todos os níveis.
- Ausência de uma estratégia de gestão de conhecimento para o aproveitamento das boas práticas e/ou do conhecimento gerado pelo projecto.

Ora as funções do género se distinguem das funções biológicas dos homens e das mulheres. São funções socialmente edificadas que demarcaram responsabilidades diferentes para homens e mulheres em termos de actividades sociais e económicas, o acesso a recursos e a autoridade na tomada de decisões. As normas sociais que discriminam as mulheres (no acesso aos recursos naturais e de serviços, incluindo a terra, a herança e a educação, etc sempre colocaram as mulheres numa posição vulnerável impedindo-lhes o acesso pleno a direitos básicos como os de natureza económica, o direito a educação e os direitos sexuais e reprodutivos, ou seja, as disparidades do género não estão isoladas dos factores socioeconómicos e culturais que sustentam e reforçam estas disparidades.

Ou seja, com a sua intervenção, o Movimento pela Paz tinha o propósito de desconstruir todos os hábitos e costumes categorizados como barreira da participação da mulher em processos de paz e reconciliação nacional. Um exercício feito em Angoche/Nampula com as mulheres divididas em grupos de trabalho permitiu captar os problemas reais da mulher

no seio das suas famílias e que constituem grandes barreiras da sua participação em processos de pacificação e coesão social. Vide o quadro abaixo:

Sobre Problemas que Impedem a Mulher de Participar nos Processos de paz (paz social no seio da família/Coesão Social)	
Grupo 1	Ambição, Humilhação, Desentendimento, Medo, Falta de diálogo no lar, Discórdia no lar, Desconfiança, Falta de partilha de ideias, Orgulho, Complexo de inferioridade, Estigma, Falta de escuta permanente, Falta de fé, Egoísmo, Analfabetismo, Falta de emprego, Desvalorização, Esposos que não querem esposa aberta e só querem dar ordem, Cada um cuida da sua família, As esposas não dividem o bem comum, Falta de cívico e Machismo demasiado.
Grupo 2	Falta de diálogo, Desentendimento, Desconhecimento da matéria, Analfabetismo, Terrorismo no Centro e em Cabo Delgado que reduziu a auto-estima da mulher, hábitos culturais que não ajudam a mulher.
Grupo 3	Falta de confiança, Ciúme dos homens quando mulheres fazem negócio ou participam em Associações de Mulheres, homens é que vão as compras, Quando mostra o lucro o homem leva tudo para a mulher não continuar com o negócio, Os filhos pertencem a mãe, quando a mulher não faz filho não tem direito a herança e sofre violência a todos os níveis.
Grupo 4	Homens que impedem a mulher de trabalhar fora de casa, não ao acesso restrito de dinheiro a mulher, homens que isolam a mulher da sua família, o analfabetismo, a falta de abertura social, ciúme dos homens que impede o desenvolvimento psicológico da mulher, falta de abertura que nos induz a acção violenta, mulheres fechadas que clamam pelo apoio, ditados bíblicos e do alcorão que reduzem por completo o papel crucial da mulher no seio da família minando a coesão social.

Portanto, factores culturais continuam a influenciar negativamente sobre a participação da mulher em lugares cimeiros como em processos de paz. Nas províncias visitadas, a maioria das mulheres e sobretudo do interior, não possuem conhecimento sobre os seus direitos, o que dá primazia a atitudes culturais que favorecem para o desequilíbrio do género e submissão das mulheres diante do sexo oposto. Como corolário, abre-se espaço para que os homens decidam sobre as acções da mulher e esta, se encontrando numa situação limitada e fechada o que não corrobora com os ideais do movimento.

Ao nível da base, mesmo com conhecimento das estruturas locais, a informação sobre procedimentos a tomar/acompanhamento aquando de infrações sobre VBG ou direitos sexuais reprodutivos que requeiram intervenção das estruturas distritais, ao nível da base, não endereçam eficazmente o assunto procurando resolver localmente em prejuízo da mulher, conforme se pode depreender do depoimento de Afonso Armando – coordenador das associações moçambicanas Alívio a pobreza em entrevista:

“A justiça é fraca. Os secretários dos bairros não funcionam...as nossas autoridades se esquecem do porquê existem. Não possuem conhecimento de como agir, encontrar as melhores formas de resolver o problema. Faço palestras e dos casos que submetemos só 10% é que vão até ao fim ao julgamento. São casos de mulheres jovens violadas, os secretários cobram um boi ao violador em prejuízo da rapariga...” (**Afonso Armando** – Coordenador das Associações Moçambicanas Alívio a Pobreza em entrevista, Nampula – 15/11/2022).

A pobreza e/ou a falta de condições básicas de sobrevivência concorrem para que as mulheres não afluam ao movimento pela paz. São constrangimentos de ordem doméstica e económico-financeira que levam as mulheres a preferirem ir a machamba alegadamente

porque, segundo elas, nada ganham por participar no movimento. As mesmas mulheres, vedam-se de tecer qualquer consideração em volta do conhecimento que possuem sobre a paz como também nada deixam quando o assunto é lidar com a media. Testifica-se deste modo que os factores estruturais e contextuais, como a pobreza e aspectos culturais, influenciam a presença da mulher em processos de paz.

A fome e a pobreza desmotiva as mulheres de aderirem e manterem-se no movimento. Foram mobilizadas muitas mulheres e poucas participam nos encontros do movimento. As mulheres, reclamaram falta de incentivo/estímulo no seio do movimento a vários níveis, se referem à inexistência de crachás, camisetas, bonés, capulanas, subsídios em dinheiro e outros materiais que os identificassem nas comunidades, o que lhes leva a trabalharem com receio de serem confundidas e agredidas no seio comunitário. A falta de incentivo, a referência ao medo e o receio podem estar dentre as razões que explicam a fraca abrangência espacial das acções do movimento ao referirem que há ainda, muitas mulheres sobretudo do interior que não possuem conhecimento e que o movimento carece de meios para suas acções em zonas mais recôndidas. Mostraram que, o maior de todos os receios é de serem confundidos como elementos ao serviço de certo partido político, como se pode compreender dos depoimentos de Madalena Rosalina em entrevista Angoche e Herminia Franscisca em Napipile, Nampula:

"...As mulheres tem dificuldades em se comunicar. Quando uma mulher é do partido A, mal se comunica com outra do partido B. Mas isso, é não saber fazer política. Mesmo os deputados da Assembleia da República insultam-se, mas quando estão fora, tomam café juntos. Isto mina a vontade da mulher em participar em processos de paz. Mesmo o dinheiro do INAS, há pessoas que receberam porque eram do partido A e outras rejeitadas por serem do partido B. Pensavam que ao receber aquele dinheiro, sendo do partido B, estariam em suborno para pertencerem ao partido A. A culpa é também daqueles que distribuíram este dinheiro porque não explicaram a proveniência e finalidade do dinheiro por falta de conhecimento. Quando se lançou o dinheiro do Corona Vírus, idem. Há pessoas que não receberam, recusaram ser alistadas porque pensavam que estariam a ser subornadas para passarem a ser do partido A, não queriam ser corrompidas para serem doutro partido, perderam o dinheiro e ainda fizeram propaganda para outras famílias não receberem aquele dinheiro...agora que estamos quase para as eleições autárquicas e presidenciais em 2023 e 2024 ano também de acção deste programa, será muito difícil trabalhar". (Madalena Rosalina, 48 anos, em entrevista, Angoche-14/11/2022).

"...As razões que levam as mulheres a se fecharem, é que as questões religiosas e socioculturais influenciam muito a forma como somos educadas, a nossa socialização, os ritos de iniciação com histórias nocivas, nós somos educadas a ficar lá no canto e o homem cá no pódio, será trabalho muito grande para transformar a mulher. As mulheres querem mas, como chegar até lá? Mesmo nas visitas presidenciais, quantas de nós somos deixadas falar? Agora nós queremos falar com o chefe de estado e não podemos, queremos fazer marcha, queremos fazer campanhas domiciliárias porta a porta mas só para ser autorizadas pelas autoridades é um problema...como vamos mobilizar a mulher

para o processo de pacificação?...”(Hermínia Franscisca, 38 anos, Locutora da RM, Activista do MMP, Nampula-15/11/2022).

Portanto, o investimento que as mulheres têm em prol do movimento mulher e paz, compete com as outras escolhas que elas têm de fazer em relação a prioridades que afectam as suas vidas e meios de subsistência. Existem famílias que barram a ida dos filhos à escola levando-os à machamba, muitas viúvas sem outra fonte de subsistência senão a agricultura, razão pela qual nas associações integrantes ao MMP se registam muitas desistências conforme explicaram Mércia, Bela Tomo, Saquina João e Joanita Francisco em entrevista:

“...Temos familias que barram a vida dos filhos, dizem, não vá a escola porque eu e o teu pai não estudamos, mas você come aqui em casa, por isso vamos a machamba, você com 12 anos pode procurar mulher para casar...”. (Mércia, Activista 30 anos em entrevista, Cheringoma-Sofala, Inhaminga-18/11/2022)

“...Nossas crianças vão a escola com muito sofrimento, as vezes faltam para fazer biscates² para comermos ou mesmo comprar uniforme, é preciso trabalhar na machamba para poder inscrevê-las no Instituto ou na Escola Secundária, mas mesmo concluindo a 12ª classe você viúva acaba ficando com crianças em casa que só acompanham na machamba porque não temos como pagar escolas superiores e não há emprego. Para quê estudaram?...” (Bela Tomo, Activista em entrevista, Cheringoma-Sofala, Inhaminga-18/11/2022).

“...O associativismo da mulher é fraco, é de muitas desistências, sempre somos convidadas a associarmo-nos mas não temos força e não vamos além. Na poupança é preciso ter onde ir buscar dinheiro. Estes nossos maridos não tem emprego, não fazem nada e por isso preferimos ir trabalhar na machamba no lugar de estar na Associação...”. (Joanita Francisco em entrevista, Cheringoma-Sofala, Inhaminga-18/11/2022).

Portanto a machamba é vista como um lugar que dá sustento ou geradora de melhoria das condições de vida e de capital importância. Muitos chefes de família preferem que suas esposas contribuam para o sustento do seu agregado familiar ao invés de frequentarem as reuniões de associações e/ou do movimento. Desde as tarefas domésticas, agrícolas ou económicas, ao exemplo da participação da mulher no xitique ou venda de parte da produção da machamba, os homens relegam estas actividades somente para a mulher e no fim das contas apropriam-se do dinheiro. Para eles, a participação das suas esposas no movimento é supérfluo no contexto em vivem, é desperdício de tempo e de recursos, e isso promove falta de interesse das mulheres pelo movimento, tornando a ida ao movimento entediante e de brigas e pouca participação activa conforme depoimento de Chibango Saba Mucanga, lider do bairro 3 de Fevereiro em Gorongosa.

“...Únicas pessoas que podem me ajudar a fazer os trabalhos de casa, ir a machamba, moer milho e ir ao mercado vender alguma coisa para podermos sobreviver são as minhas filhas...as vezes tenho que escolher entre elas irem a

²(pequenas actividades ganha pão)

escola e ficarmos com fome, ou ir a machamba cozinhar para comermos, e elas não irem a escola...melhor é não ir a escola...não tenho outra alternativa..."(Chibango Saba Mucanga, Secretário do Bairro 3 de Fevereiro, Gorongosa-Sofala-17/11/2022).

Ainda no mesmo diapasão, a situação da falta de conhecimento é muito crítica nas zonas recônditas e/ou no interior dos distritos, as campanhas de sensibilização em prol do movimento, são quase nulas visto que estas zonas não têm sido abrangidas pelas acções do movimento por insuficiência de meios, e como tal as barreiras são acentuadas. O acesso a rádio comunitária, televisão, jornal ou mesmo telefone não está massificado e compreende-se claramente a desvantagem na qual as mulheres estão em termos socioculturais, políticos e económicos, o que depende grandemente das actuais relações de género que são altamente patriarcais (WLSA 2013).

Portanto o quadro do conhecimento e participação da mulher em processos de paz e reconciliação é freado pelas crenças e percepções sobre os papéis da mulher na sociedade, mormente no interior das localidades, entendido em um sentido social mais amplo, em que a subordinação da mulher perante o homem é modelado constantemente a partir da mente dos indivíduos que constituem estas comunidades. A função destas crenças e percepções consiste na inculcação de uma determinada visão da realidade — entendida como a do ambiente natural e do meio social no qual estão inseridos. Estão nisso as atitudes e hábitos morais coerentes, social e localmente construídos.

Entre os factores económicos que limitam a participação da mulher em processos de paz, há a entender que em Moçambique, persistem disparidades geográficas nos níveis de pobreza, de desenvolvimento humano e de bem-estar sobretudo das mulheres, sendo que quase todos os indicadores apontam para maior desvantagem nas zonas rurais do Centro e Norte do país, em comparação com as zonas urbanas e a região Sul.

No espaço geográfico objecto da presente pesquisa a pobreza é um factor chave das privações que as mulheres sofrem. Barreiras relacionadas com o acesso aos serviços básicos como educação, saúde, água e de registo de nascimento, muitos dos indicadores sociais mostram grandes disparidades de riqueza dos agregados familiares. A cobertura da protecção social como resposta a esta vulnerabilidade, é ainda muito fraca, apesar do recente alargamento dos programas.

A vulnerabilidade não resulta somente do nível económico dos agregados familiares. Há uma relação sinérgica entre a pobreza, as mudanças climáticas, os riscos associados as calamidades naturais - como é o caso do ciclone tropical Idai em Sofala - e as flutuações sazonais na insegurança alimentar que directa ou indirectamente, afectam o bem estar das mulhere, associado as várias manifestações da violência doméstica, psicológica e baseada no género, fream a sua participação no movimento pela paz. Vide o depoimento abaixo:

"...As distâncias continuam também sendo uma das principais razões para a não utilização de serviços de educação. O analfabetismo em muitas de nós é elevado, maridos proibem as mulheres em aderir as aulas alfabetização devido ao ciúme e a pergunta é, como nós vamos desenvolver? É preciso uma associação com alfabetizadores e só assim a mulher pode se tornar activa em

processos de paz. O analfabetismo, a falta de abertura social; se o homem é ciumento vai impedir o desenvolvimento psicológico em tudo. Há falta de abertura que nos induz a acção violenta em tudo nas comunidades, estamos fechados porque não temos quem nos ensina e por isso, a mulher não é motivada, sofre muito devido ao analfabetismo. A nossa luta não vai avante por estarmos fechados na sociedade. As mulheres que puderam ir a alfabetização, estão aqui agora a excrever e tudo precisa de meios financeiros e materiais para fazermos trabalho. As mulheres jovens querem ter centros de educação de mulheres, a alfabetização...". (Maria José Wassitela, 47 anos, Activista de em entrevista, Gorongosa-Sofala-17/11/2022).

A violência contra as mulheres é um problema generalizado, embora os dados quantitativos de âmbito nacional sobre a incidência da violência não sejam ainda abrangentes. Para além de dados administrativos da polícia sobre a violência doméstica reportada à própria polícia, aliado aos casamentos prematuros e problemas de riqueza dos agregados familiares das zonas rurais, desapoderam as mulheres e privam-nas em suas aspirações e oportunidades de se desenvolverem economicamente através dos benefícios da escolarização e do conhecimento de seus direitos.

Os casamentos prematuros são outro problema que assola a mulher desde a adolescência e matam as suas aspirações e oportunidades de se desenvolverem economicamente, um problema que é fechado na comunidade. Elas ficam subordinadas aos maridos que, muitas das vezes, são muito mais velhos do que elas (cerca de um quinto das raparigas de 15-19 anos tem maridos 10 ou mais anos mais velhos do que elas, tal como indica o (MICS de 2008). Em certos casos, elas são também segundas ou mesmo terceiras esposas, como se vê pelos dados do IDS, nos quais 9% das raparigas dos 15 aos 19 anos têm co-esposas. O casamento prematuro é igualmente uma das principais causas de corrosão económica das mulheres e como tal uma barreira acentuada que mina a participação da mulher em processos de paz, reconciliação e coesão socialmente nas zonas rurais.

3.6. As Boas Práticas/Lições Aprendidas na Fase da Criação do MMO

AS BOAS PRÁTICAS

- A participação das mulheres nas associações integrantes do Movimento Mulher e Paz, especialmente da sua capacidade organizativa para realização de actividades colectivas como (machambas, limpeza comunitária, danças, xitique) onde de forma aberta abordam os mais variados assuntos que preocupam a mulher e sobretudo as questões sobre a paz, reconciliação e coesão social é uma prática impactante para aquilo que são os objectivos do programa. Estas práticas buscam responder às demandas das beneficiárias (mulher) no seu dia a dia e contam com a presença activa das mulheres que nos diversos sectores de actividades estão e/ou participando nos processos de tomada de decisões. São espaços legitimados pela comunidade e têm capacidade de expansão, como por exemplo, a criação dos comités do MMP nas zonas mais recônditas.

- A experiência com a formação de mulheres activistas do MMP, se mostrou relevante, na medida em que estimulou o contacto e a articulação entre o Movimento e as associações de mulheres locais, destacando-se a construção de laços perenes pessoais e comunitários, tendo efeito na desconstrução das diferenças quer sociais, como ideológico-políticas. Iniciativas que apostam na construção de redes entremulheres resultaram na construção mais sólida de vozes com o ímpeto de participação feminina nos processos de pacificação, reconciliação e coesão social.
- A prática de socialização através da alfabetização das mulheres (pelos conteúdos disciplinares, pela explicitação de saberes e pela elaboração de novas hierarquias) rompe, por um lado, com a socialização na família (tanto mais forte quanto o capital cultural das famílias é menos compatível com o saber escolar) e, por outro lado, adapta e encontra pontos de acordo que permitem a convivência entre espaços e agentes de socialização promovendo a coesão social.

AS LIÇÕES APRENDIDAS

- Quando se considera a relevância de protagonismo das próprias mulheres, as ações desenvolvidas no contexto do Movimento evidenciam que os obstáculos de gênero também podem ser enfrentados pelas próprias mulheres e como tal torná-las mais interventivas. Mas, para que isso ocorra, é necessário a implementação de práticas sistemáticas de sensibilização, de partilha de narrativas positivas de participação política e coesão social entre mulheres para que a solução de inúmeros problemas seja encontrada de forma colectiva, estimulando assim o exercício da influência da mulher em processos de diálogo, paz, reconciliação e coesão social.
- A maior participação das mulheres não é, em si, garantia de maior atenção às questões de paz, reconciliação e coesão social ou aos interesses das mulheres, além disso, a estrutura do Movimento com poucos e frágeis mecanismos de controle social, poder de decisão ao nível sócio-familiar, logo, a participação das mulheres pode tornar-se “figurativa”.
- Ações no contexto da participação da mulher em processos de diálogo, paz, reconciliação e coesão social precisam ser feitas de forma coordenada e intersetorial (organizações comunitária de base, poder político, sociedade civil, homens e mulheres no geral). Também é fundamental propiciar e fomentar espaços comunitários, não só promover diálogo e troca de experiências, mas continuar no fortalecimento e aperfeiçoamento das redes de lideranças e de microgrupos, com vista a sedimentar e fortalecer a agenda do movimento.
- Trabalhar com as populações indígenas/iletradas (mulheres) demanda tempo, aproximação, e uma abordagem construída com antecedência, com planificação e que seja culturalmente sensível, além de conhecimento especializado sobre as comunidades envolvidas, de forma que as desigualdades de gênero dessas populações não sejam evidenciadas e assim sedimentar e fortalecer a agenda do movimento.

- O reconhecimento do movimento pela paz e coesão social, de que é preciso envolver o governo, líderes tradicionais e comunitários, rapazes e raparigas sedimenta no movimento o ideal da inclusão social bastante referenciada nos objectivos primordiais do movimento, o que vem sendo possível através da sensibilização e consciencialização comunitária.
- O Movimento, ao implantar-se, estabeleceu um relacionamento interinstitucional com as instituições governamentais, ao exemplo da existência de procedimentos que o interligam à Polícia da República de Moçambique, às Direcções Provinciais e Distritais da Saúde e Acção Social, da Mulher e Género, à Procuradoria e Tribunais e ao nível da base, com as lideranças tradicionais e comunitárias.
- Os esforços da desconstrução de um conjunto de elementos que constituem desafios e barreiras da participação da mulher em processos de paz e coesão social como é o caso de certas práticas culturais conflituantes com abordagem que diluem os esforços do movimento no respeitante ao género, questões partidárias, analfabetismo, falta de conhecimento; elementos controversos buscados de práticas e educação tradicional, cultura tradicional, religião sobretudo a islão transmitidos de geração em geração no seio dos adolescentes, que impede a consciencialização/sensibilização comunitária; a desconstrução de alguns hábitos e costumes locais que levam as mulheres a resistir a mudanças o que dificulta a sedimentação dos elementos importantes para o desenvolvimento da consciência da mulher sobre a paz; a desconstrução das relações consuetudinárias existentes no país que não garantem a igualdade no acesso da participação da mulher em lugares cimeiros e até como ao direito do controlo do próprio corpo, que limitam a sua intervenção efetiva em processos de paz e coesão social.

3.7. Relação dos Problemas, Causas e Consequências sobre a Participação da Mulher no Diálogo, Resolução de Conflitos, Pacificação e Reconciliação

Problemas	Causas	Consequências
<p>1. Difícil contexto socioeconómico e político de implementação do Programa de Fortalecimento da Influência das Mulheres na Construção da Paz e Reconciliação Nacional</p> <p>1.1. Baixo nível educativo e de capacitação técnica das mulheres activistas sociais do Movimento Mulher e Paz integrantes nas OCBs</p> <p>1.2. As normas e práticas da linhagem patrilinear no seio das famílias da região centro e norte, bem como os estereótipos socioculturais e religiosos que perpetuam a exclusão das mulheres a todos os níveis</p> <p>1.3. O legado ambíguo para as mulheres que exacerbou a sua sujeição e rejeição como resultado do aumento dos níveis de todo o tipo de violência, aliado</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Muita burocracia, fechamento político e fraco nível de percepção e aceitação do papel complementar da mulher na pacificação e reconciliação ○ Forte influência do regime patriarcal nos meandros políticos ○ Falta de programas de alfabetização e cursos de capacitação orientado para as mulheres integrantes de movimentos feministas ao nível da base ○ Falta de programas de sensibilização ao nível da base inseridos na educação de base comunitária ○ Fraca exposição nacional e internacional do movimento da mulher à todos os níveis ○ A forte cultura patriarcal em várias sociedades que privilegia os homens, colocando-os nos espaços de poder, aliado aos fundamentos religiosos da cultura cristã e islâmica, que expressada na <i>Bíblia/Alcorão</i>, difunde elementos tais como "...a <i>Bíblia</i>, diz 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Dificulta o desenvolvimento/crescimento dos movimentos feministas no geral e as intervenções na luta pela influência das mulheres na construção da paz e reconciliação nacional ☞ Dificulta o aproveitamento do saber comunitário e tradição cultural necessários para medir a abrangência e o impacto do programa sobretudo na sua capacidade de promover a mudança num ambiente fortemente influenciado pelo regime patriarcal ☞ Dificulta adopção de mecanismos de planificação conjunta entre as mulheres integrantes de movimentos feministas ao nível da base ☞ Dificulta a expansão e enraizamento do Movimento Mulher e Paz ao nível das comunidades; ☞ Enfraquece os níveis de participação das activistas sociais do Movimento Mulher e Paz nas actividades do programa ☞ Impede a formação acelerada de capital social na comunidade importante para promover a influência das mulheres na construção da paz e reconciliação nacional ☞ Provoca o baixo nível de motivação das activistas do programa ☞ Enfraquece a capacidade de mobilização da mulher, torna cada vez mais fechados os círculos e canais de difusão da mensagem e cria fraco nível de alcance dos

<p>a queda dos padrões de educação e saúde nas comunidades</p>	<p>que Eva teria sido criada com base em uma costela de Adão para fazer companhia a ele...ou do Alcorão – A mulher não pode falar em nome dos homens porque é Harham/Pecado...” narrativas que sedimentam a cultura misógina, a grande responsável pela exclusão da mulher</p>	<p>resultados e cumprimento dos objectivos do programa a todos os níveis</p>
<p>2. Fraco nível de sedimentação das acções tendentes ao desenvolvimento institucional Associações Comunitárias de Base integrantes no MMP</p> <p>2.1. A desestruturação dos movimentos feministas de base comunitária</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Fraca capacidade financeira ○ Os conflitos militares e políticos na região centro e o advento do terrorismo no norte, particularmente em Cabo Delgado, aliado às consequências da pandemia de COVID-19 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Dificuldade de estabelecimento de uma linha de orientação para o seguimento das acções de empoderamento da mulher por parte das associações comunitárias de base integrantes no MMP e como tal a fraca capacidade de influência das mulheres na construção da paz e reconciliação nacional
<p>3. Fraca capacidade de cobertura das acções do Movimento Mulher e Paz por parte das Associações de Base Comunitária em zonas mais recônditas</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Falta de recursos operacionais e logísticos para o funcionamento das Associações de Base e/ou fraca capacidade financeira a todos os níveis 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Dificuldades para o estabelecimento de redes de cooperação e apoio numa relação multidimensional entre as activistas e/ou associações engajados no Movimento Mulher e Paz

<p>3.1. Fraca capacidade das observadoras/activistas que integram o "Movimento Mulher e Paz" de expansão geográfica de suas acções</p>	<ul style="list-style-type: none"> ○ Mulheres na liderança sujeitadas a manipulação política e partidária ao nível da base ○ Preferência por zonas com vias de de fácil acesso, menos problemáticas e de fácil mobilização 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Dificuldade para estabelecimento de parcerias com a participação das OSCs no geral ☞ Perda de autonomia e representatividade das associações integrantes no MMP ao nível local ☞ Dificulta o processo de réplica das acções e a promoção da mudança pretendida como um todo
<p>4. Limitações no que tange ao sistema de monitoria e avaliação das acções do programa e/ou a fraca capacidade ou estrutura de seguimento das acções do "Movimento Mulher Pela Paz" no pós advocacia e sensibilização sobre o cumprimento da agenda do movimento, aliado à ausência de ferramentas de registro, monitoria e/ou medição de actividades por parte das Associações de Base Comunitária.</p> <p>5. Ausência de uma Estratégia de Gestão de Conhecimento para o Programa e como tal a fraca capacidade de divulgação/difusão do conhecimento com vista a</p>	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Fraco nível de especialização técnica na componente de Monitoria e Avaliação e a fraca actuação em rede por parte das organizações que perfazem o MMP ☞ Fraco nível de percepção sobre a importância de um sistema de M&A e dos mecanismos de avaliação do impacto, aliado à fraca abrangência das acções do consórcio (FDC/IMD/ACCORD) no que tange a componente de M&A ☞ Fraca capacidade técnica e institucional para o desenho de uma estratégia de gestão de conhecimento direccionada ao programa, aliado ao facto das ferramentas de difusão e/ou de 	<ul style="list-style-type: none"> ☞ Baixo nível de acompanhamento da execução das actividades ☞ Planificação de actividades com base em falsas metas ☞ Incapacidade de medição do impacto de actividades e do nível de alcance dos indicadores ☞ Produção de relatórios pouco realísticos ☞ Fraca capacidade de estabelecimento de uma linha de transferência e difusão de conhecimento com vista a sua utilização no quadro das acções que visam a sedimentação da influência das mulheres na construção da paz e reconciliação nacional.

sedimentação das acções e alcance dos objectivos do Programa

consulta disponíveis para o consumo público ao nível da FDC não permitirem maior exploração da assimetria de informações como um diferencial para agregar valor em torno dos projectos da organização como um todo

Elaborado pela equipa com base na metodologia usada para o estudo/...

3.8. Análise SWOT do MMP

Oportunidades	Acções
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Aprovadas Leis, decretos e protocolos nacionais e internacionais sobre a promoção da igualdade de género e de empoderamento da mulher 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Apresentar os suportes legais nos círculos mais fechados e de difícil actuação
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Abertura por parte de vários doadores para fortalecer o aparato institucional das organizações e/ou das Associações de Base Comunitária integrantes no Movimento Mulher e Paz 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ As Associações de Base Comunitária devem capitalizar a abertura dos doadores e desenhar planos de mobilização de recursos para viabilizar as acções do movimento
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Movimentos feministas em todo o mundo cada vez mais fortes e em número cada vez mais crescente 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Procurar sinergias com os mais variados grupos de pressão que actuam na componente de participação política e/ou de empoderamento da mulher
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Abertura e muita vontade por parte dos grupos de mulheres nas comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Explorar o entusiasmo existente no seio dos grupos de mulheres ao nível da base com vista a penetrar paulatinamente dentro do tecido social onde acenta o poder patriarcal
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Comunidade no geral e autoridades governativas cada vez mais conscientes sobre o importante papel da mulher na pacificação e reconciliação nacional 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Capitalizar a consciência da comunidade e das autoridades governativas aproximando-se cada vez mais a eles mostrando o valor das acções de participação da mulher na pacificação e reconciliação nacional
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Muitos espaços geográficos ainda por explorar no interior dos 28 distritos de implementação do programa e não só 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Replicar as acções e divulgar cada vez mais o trabalho do Movimento, com vista a garantir maior visibilidade das acções de participação política da mulher e sua influência na construção da paz e reconciliação nacional
Pontos Fortes	Acções
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Equipa do consórcio FDC/IMD/ACCORD altamente comprometidos com a causa 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Ampliar os programas de capacitação das activistas do movimento, das lideranças locais e dos grupos de mulheres na comunidade e/ou do fortalecimento institucional e organizacional a todos os níveis
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Experiência do Consórcio FDC/IMD/ACCORD de interação com outros parceiros no exercício de suas actividades ao nível nacional e internacional 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Procurar replicar as lições apreendidas ou as boas práticas que o Consórcio busca em outros contextos e promover constantemente acções de troca de experiência
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Associações de Base Comunitária dotadas de reconhecimento das suas fragilidades aos mais variados níveis 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Capitalizar esta percepção que existe e procurar aprender e recriar mais no que concerne ao processo de implementação das actividades do Movimento

<ul style="list-style-type: none"> ✦ Grande influência e inserção das activistas e suas associações ao nível do seu espaço geográfico de actuação ✦ Crescente domínio dos conceitos sobre a Paz, Reconciliação e Coesão Social na sua forma etimologias baseadas em língua local 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Maximizar as suas acções ao nível do seu espaço de actuação e inserir-se cada vez mais no tecido social local ✦ Tomar em consideração a necessidade urgente de elaboração de manuais de sensibilização e/ou divulgação com as mensagens chave do Movimento em línguas locais
Pontos Fracos	Acções
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Insuficiência de políticas voltadas para a inclusão social no que tange à questões essencialmente ligadas ao regime patriarcal no quadro das acções de empoderamento da mulher em Moçambique 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Incrementar acções de advocacia e apoiar o Governo mostrando a importância das políticas voltadas para questões essencialmente ligadas ao regime patriarcal no quadro das acções de empoderamento da mulher
<ul style="list-style-type: none"> ✦ As intervenções das associações de base integrantes do MMP nas comunidades têm impacto, mas fraca sustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ O MMP deverá trabalhar mais com os grupos de mulheres na comunidade desde o processo de planificação, definir com elas a estratégia de início de actividades, os procedimentos no quadro da estratégia de gestão do conhecimento a ser produzida
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Fraca capacidade das associações de base integrantes do MMP de auto-avaliação e medição do impacto de suas actividades 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Rever a sua abordagem estratégica e seus procedimentos de implementação de actividades
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Ausência de uma Estratégia de Gestão de Conhecimento para o programa 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Criar uma estratégia de gestão de conhecimento direccionada ao programa
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Fragilidade do sistema de M&A a todos os níveis 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Sedimentar as acções de M&A a todos os níveis
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Fraca incidência das acções de fortalecimento institucional e de divulgação do Movimento 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Flexibilizar a elaboração de uma estratégia de gestão de conhecimento direccionada ao programa e traçar um roteiro para a implementação de acções de fortalecimento institucional para as associações de base comunitária com o auxílio de Consultores Externos
Ameaças	Acções
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Difícil contexto sócio-político e ambiente de governação com fraco nível de abertura para abordar assuntos da mulher acrescido de forte influência do patriarcado 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Incrementar as campanhas de advocacia e introduzir sistemas de exposição pública de suas actividades através das histórias de sucesso
<ul style="list-style-type: none"> ✦ Aparente falta de entusiasmo por parte das activistas do movimento na comunidade e das associações de base comunitária que olhando com satisfação para as acções de revitalização do Movimento pela equipa FDC e tendo em conta o anterior interregno, temem pela sua descontinuidade e desaparecimento do 	<ul style="list-style-type: none"> ✦ Sedimentar as acções de sensibilização a todos os níveis

<p>seu legado tal como outros programas similares</p>	
<p>⊕ Fraca capacidade financeira das associações de base e sua desestruturação como consequência dos conflitos político-militares no centro, terrorismo em Cabo Delgado e a Pandemia de COVID-19</p>	<p>⊕ Reduzir a dependência financeira em relação aos potenciais doadores e implementar planos de revitalização das associações e sustentabilidade do movimento a todos os níveis</p>
<p>⊕ Fraco nível de engajamento das mulheres em iniciativas de diálogo e construção da paz em Moçambique a todos os níveis</p>	<p>⊕ Buscar oportunidades não exploradas e experiências locais que podem ser capitalizadas para a promoção e fortalecimento das mulheres e sua influência nos processos de paz e reconciliação nacional</p>

Elaborado pela equipa com base na metodologia usada para a avaliação/...

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo enquadra-se no âmbito das acções de Fortalecimento da Influência das Mulheres na Construção da Paz e Reconciliação Nacional para a Coesão Social, assente no Movimento Mulher e Paz e implementado pelo Consórcio IMD/FDC/ACCORD no centro e norte do país. É nesse contexto que o estudo teve o seu foco no Movimento Mulher e Paz que visa aumentar o espaço, as oportunidades e as capacidades das mulheres em Moçambique para se envolverem no diálogo, processos políticos, processos de consolidação da paz e reconciliação, conduzindo a coesão social, resultante do envolvimento dos cidadãos no diálogo transformador de género, processos de construção da paz e reconciliação nacional em Moçambique.

O estudo tinha como objectivo documentar o conhecimento tácito sobre diálogo, resolução de conflitos, construção de paz e reconciliação no país. O estudo é todo ele orientativo, do primeiro ao último capítulo. Em cada frase reside um argumento que de forma didáctica observa e recomenda. Este documento será doravante um instrumento, uma *caderneta de cabeceira*, um guião para o Consórcio IMD/FDC/ACCORD no quadro das acções que visam influenciar a participação política da mulher nos mais variados processos. As perspectivas aqui evidenciadas vieram a confirmar modelos endógenos, conhecimento tácito e factores importantes relativos a construção da Paz Social no seio das comunidades. Igualmente trouxe uma proposta de estratégia de Gestão de ... o quanto é importante um programa nesta vertente e a planificação deste tipo de acções no futuro, as quais visam empoderar a mulher, melhorar o ambiente de governação política e tornar equilibradas as relações de poder na sociedade moçambicana a todos os níveis.

Ao mesmo tempo que se apresenta como uma ferramenta importante de trabalho, o estudo está dotado de uma janela que possibilitará o melhor acompanhamento e entendimento das acções para que o Movimento se reinvente e se adapte ao novo contexto social e político na sua segunda fase.

BIBLIOGRAFIA

1. Política Nacional de Género e Sua Estratégia de Implementação :Mocambique, Conselho de Ministros 2018
2. AMÂNCIO, Lígia. *Masculino e feminino*. A construção social da diferença. Lisboa: Afrontamento, 1994.
3. CAMPINHO, Brasil; et.all. *DIREITOS POLÍTICOS E IGUALDADE DE GÊNERO: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA FEMININA COMO CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA*. São Paulo, 2006.
4. D. Kaufmann, AartKraay& Pablo Zoido-Lobatón, 1999: Aggregating Governance Indicators. (<http://www.worldbank.org/wbi/governance>).
5. IMD. Participação Política da Mulher em Moçambique. Maputo, Maio de 2019;
6. MTALAYA, Ndola Zongola. *Como entender O Papel da Mulher nas Relações de Poder: O Caso das Comunidades Patriarcais do Sudeste do Congo Brazaville*. Londres: Oxford Press, 2011. 138p.
7. OSÓRIO, Conceição, et all, Género e governação local. Estudo de caso na província de Manica, distritos de Tambara e Machaze, WLSA Moçambique, Maputo, 2009.
8. Resolução 1325 (2000). Resolução 1325(2000) Aprovada pelo Conselho de Segurança na sua 4213a reunião, em 31 de Outubro de 2000. Conselho de Segurança das Nações Unidas. 1-7. Retirado de http://www.igualdade.gov.pt/images/stories/Area_Internacional/ONU/resolucao
9. %201325%20portugues.pdf
10. O'Reilly, M. (2015). Why Women? Inclusive Security. 1-16. Retirado de
11. <https://www.inclusivesecurity.org/publication/why-women-inclusive-securityand-peaceful-societies/>
12. O'Reilly, M., Súilleabháin, A. Ó., &Paffenholz, T. (2015). Reimagining Peacemaking: Women's Roles in Peace Processes. International Peace Institute. 1-42. Retirado de <https://www.ipinst.org/wp-content/uploads/2015/06/IPI-E-pub-ReimaginingPeacemaking.pdf>.
13. Osório, C. (2006). Sociedade matrilinear em Nampula: estamos a falar do passado. *Outras vozes*, 16, 9-13. Maputo: WLSA Moçambique. Agosto de 2006

Documentos do Movimento Mulher e Paz:

1. Concept Note do Programa;
2. Documentos operacionais de formulação do programa;
3. Folheto do Movimento Mulheres pela Paz, de 2018;
4. Plano Nacional de Acção sobre Mulher, Paz e Segurança 2018-2022;
5. Relatório de Pesquisa sobre as Barreiras da Participação das Mulheres em Processos de Paz;
6. Resolução do Conselho de Segurança da ONU 1325 sobre Mulher, Paz e Segurança;
7. Agenda Global 2030;
8. Acordo de Paz de 5 de Setembro de 2014 Maputo;
9. Acordo Nacional 'definitivo' para a Paz e Reconciliação de Agosto de 2019; e
10. Estudos, avaliações e pesquisas relacionadas.



Mulher Activa, Paz Efectiva!

